

GAEC EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GAEC Educação S.A. (“GAEC” ou ”Sociedade”), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, foi constituída em 03 de dezembro de 2007, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BMF&BOVESPA S.A.), sob o código ANIM3 que tem por objeto a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- (a) Administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação, representado pela BR Educação Executiva S.A. (“BR Educação”).
- (b) Prestação de serviços de ensino em nível superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais. Representado por Minas Gerais Educação S.A. (“MGE”), Instituto Mineiro de Educação e Cultura Uni-BH S.A. (“IMEC”), Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. (“Unimonte”), HSM Educação S.A. (“HSM Educação”) e VC Network Educacional S.A. (“VC Network”), sendo que esta última está temporariamente sem operação.
- (c) Organização de congressos, seminários, edição e impressão de livros, jornais e outras publicações e serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão representado pelas controladas indiretas HSM do Brasil S/A (“HSM do Brasil”), HSM Editora S/A (“HSM Editora”) e HSM Marcas Ltda. (“HSM Marcas”).

As controladas diretas e indiretas da Sociedade (“Grupo”) estão sumariadas na nota explicativa nº 2.3.

A GAEC realiza a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas, bem como a participação em quaisquer outras sociedades, como sócia, acionista, consorciada ou quotista, independente do seu respectivo ramo de atuação e objetivos sociais.

Em fevereiro de 2013, a Sociedade assinou acordo de investimento para a aquisição de 100% da operação da empresa BR Educação e 50% da operação das empresas HSM do Brasil, HSM Educação, HSM Marcas e HSM Editora, transação aprovada em março de 2013 pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 6.

Também em fevereiro de 2013, a controlada MGE adquiriu o direito de manutenção do campus de Betim da UNIPAC - Fundação Antônio Carlos, que possui cerca de mil alunos e o integrou as suas operações, que será o novo campus UNA Betim.

Em 23 de agosto de 2013, a Sociedade alienou todas as 24.461 ações ordinárias mantidas em tesouraria, pelo valor total de R\$244,61, equivalente a R\$0,01 por ação, da seguinte forma: 13.901 ações ordinárias para o acionista Ricardo Cançado Gonçalves de Souza e 10.560 ações

ordinárias ao acionista Ryon Cássio Braga, que passaram a integrar o quadro acionário da Sociedade.

Em 20 de setembro de 2013 foi aprovada através da AGE o desmembramento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Sociedade na proporção de 34 ações ordinárias para cada ação ordinária existente (razão de 1:34), sem modificação do capital social, com a finalidade de reduzir o preço unitário das ações de emissão da Sociedade.

Em 24 de setembro de 2013 os acionistas controladores venderam a preços históricos e/ou doaram 1.579.322 ações diretamente a 2.200 colaboradores elegíveis de acordo com critérios previamente estabelecidos, para que os mesmos viessem a fazer parte do quadro de acionistas da Sociedade.

Em 24 de outubro de 2013, a Sociedade obteve o registro de Companhia Aberta aprovado perante a CVM - Comissão de Valores Mobiliários, na categoria de Novo Mercado.

Em 28 de outubro de 2013 a sociedade iniciou a sua participação no mercado de ações, pela BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, negociando 25.309.090 ações ordinárias resultando em uma captação total de R\$468.218, sendo R\$390.182 proveniente da oferta primária e R\$78.036 de oferta secundária. A oferta foi liquidada em 31 de outubro de 2013.

Em 26 de novembro de 2013 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade a negociação de 1.937.230 novas ações ordinárias suplementares na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, resultando em uma captação de R\$ 35.839. A Oferta suplementar foi liquidada em 27 de novembro de 2013.

O custo de captação na emissão de títulos para oferta pública de ações apurado até o período findo em 31 de dezembro de 2013 pela Sociedade, líquido dos efeitos fiscais diferidos, foi de R\$ 28.052 e encontra-se registrado no patrimônio líquido na rubrica de “Reserva de Capital”.

Os recursos provenientes da Oferta Primária e Suplementar de ações ocasionou aumento de capital na Sociedade no valor de R\$ 426.021, passando de R\$ 70.390 para R\$ 496.411, que serão destinados à continuidade do processo de aquisições da Sociedade como forma de acelerar o crescimento.

Comparabilidade

As demonstrações do resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não incluem os resultados das investidas BR Educação, HSM do Brasil, HSM Educação, HSM Editora e HSM Marcas, os quais passaram a ser consolidados a partir de março de 2013.

Portanto, a leitura das demonstrações financeiras deve considerar esses aspectos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Controladora (BR GAAP)”.
- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado (IFRS e BR GAAP)”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Sociedade mantinha as seguintes controladas, diretas e indiretas:

Nome da controlada	Participação %	
	31/12/2013	31/12/2012
<u>Controladas diretas</u>		
Minas Gerais Educação S.A.	100	100
Instituto Mineiro de Educação e Cultura - Uni-BH S.A.	100	100
Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.	100	100
VC Network Educação S.A.	100	100
RNE Gestão Patrimonial S.A. (2)	-	100
BR Educação Executiva S.A. (1)	100	-
<u>Controladas indiretas</u>		
UNA Gestão Patrimonial S.A (2)	100	100
HSM do Brasil S.A (1)	50	-
HSM Educação S.A (1)	50	-
HSM Marcas Ltda. (1)	50	-
HSM Editora S.A (1)	50	-

- (1) Controladas adquiridas em março de 2013, conforme descrito na nota explicativa nº 6.1.
(2) Vide nota explicativa nº 7.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos na demonstração do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

A Sociedade apresenta nas suas demonstrações financeiras consolidadas, sua participação nas controladas usando o método de consolidação integral. As participações nos ativos, passivos e resultados da controlada são combinados com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, linha a linha.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido consolidado.

2.4 Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade. Todas as informações

financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Sociedade na preparação das demonstrações financeiras são descritas como segue:

- (a) Reconhecimento da receita - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos comerciais concedidos e outras deduções similares. As receitas de prestação de serviços de ensino, de assessoramento, consultoria e gestão a empresas, somente são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente, os valores das receitas podem ser estimados com segurança e são prováveis que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Sociedade e suas controladas. As receitas obtidas com locação de imóveis somente são reconhecidas quando do uso do bem pelo cliente, conforme os contratos de locação, os valores das receitas podem ser estimados com segurança e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para as controladas da Sociedade.
- (b) Contas a receber - Estão apresentados pelo valor nominal dos títulos, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base pro rata *temporis*, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Para os contratos financiados, o percentual não financiado é registrado como mensalidades a receber e a diferença financiada é contabilizada como Benefícios reembolsáveis - FUNDER, acrescidos, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias em base pro rata *temporis*, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.
- (c) Combinações de negócios - Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Sociedade. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Sociedade reconhece a participação dos não controladores na adquirida pelo seu valor justo (nota explicativa nº 6).

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Sociedade de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis

das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Sociedade.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Sociedade aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09 (R1), a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que excede o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

(d) Ágio - O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

(e) Instrumentos financeiros - São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Ativos financeiros não derivativos: Os ativos financeiros são classificados no momento em que foram originados como empréstimos e recebíveis. A classificação dos ativos financeiros depende de sua natureza e finalidade e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são

transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas etc.) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

- Passivos financeiros não derivativos: Quando não especificados de outra forma, os passivos financeiros foram classificados no momento de seu reconhecimento inicial como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, títulos a pagar e débitos com partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 34.

A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e financiamentos - São reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquido dos custos das transações. Na data do balanço está apresentado pelo seu reconhecimento inicial, deduzido da amortização das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescido dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.
- Instrumentos financeiros derivativos: A Sociedade não possui nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos especulativos.
 - Instrumentos de patrimônio: Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado

proveniente de compra, venda emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade.

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- (i) Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- (ii) Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pelo Grupo e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- (iii) É um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- (i) Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- (ii) O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados do Grupo, e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- (iii) O ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.
- (iv) Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 34.

(f) Caixa e equivalentes de caixa - São considerados como caixa e equivalentes de caixa os valores mantidos como caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporis, não superiores aos valores de realização.

(g) Demonstração de valor adicionado (“DVA”) - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às

informações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

(h) Créditos e débitos com partes relacionadas - Correspondem a direitos e obrigações que foram contraídas entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundas de operações de mútuo, cujas condições financeiras destas operações são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 33.

(i) Investimentos nas demonstrações financeiras individuais - Representados por investimentos em empresas controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores estão demonstrados na nota explicativa nº 14. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo.

(j) Imobilizado - Terrenos, edificações, benfeitorias em imóveis de terceiros, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, veículos, biblioteca e videoteca, equipamentos de audiovisual estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens, mencionadas na nota explicativa nº 15.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

(k) Intangível - Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que tem vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes e ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios - Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

(l) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

No fim de cada período, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(m) Imposto de renda e contribuição social corrente - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para

contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As controladas MGE, IMEC e Unimonte calculam o imposto de renda e a contribuição social considerando ainda os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 456, especialmente ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e, ainda, considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas. Sobre as receitas não isentas, o imposto de renda e a contribuição social são calculados utilizando a taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

- (n) Provisões - São reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

- (o) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Estão apresentados pelos valores de realização/liquidação e pelos valores conhecidos ou estimados, e estão adicionados dos correspondentes encargos e incorporam os juros e demais encargos contratuais incorridos até a data dos balanços.

- (p) Distribuição de dividendos - A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

- (q) Ajuste a valor presente - Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e, (iii) reajustes somente por inflação, sem juros, são ajustados ao seu valor presente com base em taxa de mercado, sendo suas realizações reconhecidas no resultado do período.

- (r) Estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRSs e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas

contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas significativas são utilizadas quando da contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 9); do imposto de renda e da contribuição social, diferidos (nota explicativa nº 13); da vida útil e avaliação de impairment dos bens do imobilizado e intangível (notas explicativas nº 15 e 16) e das provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 24).

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) na estimativa do ágio e de marcas: Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como “*impairment test*”. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve perdas por deterioração do ágio e marcas. Vide nota explicativa nº 16.
- Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Sociedade é ré em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Sociedade, a natureza dos processos e experiências passadas. A Administração acredita que essas provisões são suficientes e estão corretamente apresentadas nas informações financeiras trimestrais. As provisões são calculadas considerando o valor provável para liquidação na data das informações financeiras trimestrais e posteriormente atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente. Vide nota explicativa nº 24.
- Provisão para crédito de liquidação duvidosa: É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. A Sociedade constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores mensais dos recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso. Vide nota explicativa nº 9.
- Imposto de renda e contribuição social diferidos: São reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- (ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- Revisão da vida útil: A Sociedade e suas controladas revisam anualmente a vida útil de seus ativos.

A Sociedade e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

- (s) Receita e despesa financeiras - É reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a um contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, Cédula de Crédito Bancário - CCB, impostos parcelados e outros passivos financeiros, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável

(“*impairment*”) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Método de juros efetivos:

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

- (t) Capital social - É composto por ações ordinárias classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzido de quaisquer efeitos tributários.

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

- (u) Custo de captação na emissão de títulos - os custos de transação incorridos na captação de recursos obtidos com a emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzindo os eventuais efeitos fiscais.

- (v) Remuneração baseada em ações - em outubro de 2013, foi instituído pela Sociedade e suas controladas plano de incentivo aos colaboradores para aquisição de ações no momento da oferta inicial de ações e abertura de capital da Sociedade. Serão concedidas aos colaboradores que adquiriram ações na oferta inicial - no limite de dois salários - e as mantiverem pelo prazo de 180 dias, uma quantidade equivalente a 20% das ações adquiridas e mantidas pelo colaborador. Ao final deste período a Sociedade transferirá aos colaboradores a bonificação com ações que adquiriu no mercado, desde que seja autorizada pela CVM a fazer isso. Caso não obtenha a autorização, os valores serão liquidados em dinheiro. Não haverá emissão de novas ações para a realização desta bonificação.

- (w) Lucro/prejuízo básico e diluído por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados.

- (x) Transações de capital - Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não

controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Sociedade.

(y) Medida provisória 627/13 - Em 11 de novembro de 2013 foi editada a medida provisória 627 que busca harmonizar as regras tributárias às regras contábeis vigentes. Na avaliação da Sociedade, considerando-se a atual redação da referida medida provisória, conclui que não haverá impactos relevantes nas apurações de impostos da Sociedade e suas controladas, as quais deverão adotar as novas regras a partir de 2015. A Administração da Sociedade e de suas controladas continua analisando outros eventuais impactos decorrentes da referida Medida.

4. ADOÇÃO DAS NOVAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS)

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Sociedade adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas informações contábeis intermediárias. A Sociedade avaliou essas novas normas e não identificou efeitos significativos sobre os valores reportados.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da empresa e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria empresa é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. Esta norma é aplicável para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A Sociedade não adotou antecipadamente esse pronunciamento e está avaliando o impacto total do IFRS 9.
- Alterações à IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”. A Administração não acredita que a adoção das alterações à IAS 32, em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, terá impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que o Grupo não possui nenhum ativo nem passivo financeiro que se qualifiquem para compensação.

As novas normas e alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Sociedade e suas controladas.

5. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para a preparação de nossas Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 revisamos a classificação entre custos e despesas utilizadas em nossa demonstração de resultados para aperfeiçoar e melhorar a segregação dos gastos.

Neste processo reclassificamos gastos e despesas demonstrados anteriormente em nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 para comparabilidade dos saldos ora apresentados.

Para melhor entendimento dos efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, apresentamos abaixo as reclassificações e os valores finais que compõe os saldos das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Não houve alterações sobre os saldos de ativos e passivos.

	Controladora (IFRS e BRGAAP)			
	31/12/2012			
	Item	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA		13.892	-	13.892
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(i)	(14.639)	(22)	(14.661)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO		(747)	(22)	(769)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(ii)	(6)	(17)	(23)
Gerais e administrativas	(i) / (ii) / (iii)	(2.587)	24	(2.563)
Resultado de equivalência patrimonial		32.241	-	32.241
Outras (despesas) receitas operacionais	(i)	(2.272)	15	(2.257)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		26.629	-	26.629
Resultado financeiro		(3.126)	-	(3.126)
LUCRO ANTES DE IMPOSTOS		23.503	-	23.503
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido		-	-	-
LUCRO DO EXERCÍCIO		23.503	-	23.503

- (i) Reclassificação de R\$22 da rubrica de "Gerais e administrativas" para a rubrica "Custos dos serviços prestados" referente à realocação do rateio de custos com depreciação e amortização com coligadas e, R\$15 referente à "Outras despesas e receitas operacionais";
- (ii) Reclassificação da rubrica de despesas "Gerais e administrativas" para a rubrica de despesas "Comerciais" no valor de R\$17 referente à alocação de serviços diversos identificados como despesas de Marketing.

		Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
		31/12/2012		
	Item	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA		323.689	-	323.689
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(i)	(190.502)	1.536	(188.966)
LUCRO BRUTO		<u>133.187</u>	<u>1.536</u>	<u>134.723</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(ii)	(25.726)	824	(24.902)
Gerais e administrativas	(i) / (ii) / (iii)	(58.455)	(3.027)	(61.482)
Outras (despesas) receitas operacionais	(iii)	(14.167)	667	(13.500)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO				
		<u>34.839</u>	<u>-</u>	<u>34.839</u>
Resultado financeiro		(11.482)	-	(11.482)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS				
		<u>23.357</u>	<u>-</u>	<u>23.357</u>
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido		146	-	146
LUCRO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES				
		<u>23.503</u>	<u>-</u>	<u>23.503</u>
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-
LUCRO DO EXERCÍCIO				
		<u>23.503</u>	<u>-</u>	<u>23.503</u>

- (i) Reclassificação da rubrica "Custos dos serviços prestados" para a rubrica "Gerais e administrativas" no montante de R\$1.536;
- (ii) Reclassificação de R\$824 referente à gastos não relacionados ao marketing e realocados para a rubrica "Gerais e administrativas";
- (iii) R\$667 referente a realocação de impostos sobre outras receitas para o rubrica "Gerais e administrativas".

6. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS

6.1 Controladas adquiridas

Em 4 de fevereiro de 2013 a Sociedade firmou contrato de compra e venda com os acionistas da empresa BR Educação Executiva S.A. (BR Educação) adquirindo 62.500.000 ações, representando 100% do seu capital social.

A BR Educação detém 50% do capital social das empresas:

- (a) HSM do Brasil S/A empresa localizada na cidade de Barueri, estado de São Paulo, que atua na edição e impressão de livros, na distribuição de vídeos e de programas de televisão e presta serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;

- (b) HSM Educação S.A., empresa com sede na cidade de São Paulo, que atua na oferta de cursos de educação superior (graduação e pós-graduação) além de dar consultorias em gestão empresarial;

Adicionalmente existem as seguintes investidas indiretas:

- (a) HSM Editora S/A, subsidiária integral da HSM Educação, localizada na cidade de São Paulo, especializada na edição e comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações além de serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros; e
- (b) HSM Marcas Ltda., empresa situada na cidade de Barueri, estado de São Paulo, controlada em conjunto pelas empresas HSM do Brasil e HSM Educação que realiza a gestão de ativos intangíveis não financeiros e a distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão, além de prestar serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas e cursos de educação superior (graduação e pós-graduação).

Com base no IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*, correspondente ao CPC 36 (R3), ficou definido, mediante acordo firmado junto aos acionistas em 04 de fevereiro de 2013, que a GAEC Educação S.A. tem poder sobre as atividades relevantes das empresas, indicando o controle das HSMs.

Embora a participação societária seja de 50% para ambos os acionistas nas investidas indiretas HSMs, a GAEC possui o controle sobre essas investidas e a capacidade de utilizar este poder para afetar o valor de seus retornos. Este poder fica evidente através dos direitos por ela mantidos:

- (i) Indicação e nomeação de todos os cargos de presidência, diretoria e alta gerência;
- (ii) Desenvolvimento do plano de negócios e do orçamento da BR Educação e de suas controladas em linha com as diretrizes da GAEC;
- (iii) Gestão das operações das empresas.

Além disso, o outro acionista tem a opção de exigir que a GAEC compre sua participação nas investidas pelo montante R\$40.000 (corrigidos pela variação do IGPM a partir de 04/02/13), conforme descrito na nota explicativa nº 14, demonstrando a exposição somente aos benefícios na participação da HSM Brasil, HSM Educação, HSM Marcas e HSM Editora.

A concretização destas aquisições ocorreu em março de 2013 após aprovação, sem restrições, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), através do Despacho nº 240, de março de 2013.

6.2 Contrapartidas transferidas

As contrapartidas transferidas totalizaram R\$55.269, pagos da seguinte forma:

- (i) R\$28.092 por meio de emissão de 49.279 ações da Sociedade em contrapartida de 36.142.457 ações ordinárias de emissão da BR Educação;
- (ii) R\$10.487 pagos em dinheiro em março de 2013;
- (iii) R\$10.000 a serem pagos em duas parcelas anuais e sucessivas a partir de fevereiro de 2014, corrigido monetariamente pela variação do CDI até a data do efetivo pagamento.
- (iv) R\$6.690 referente ao valor da opção de venda descrita na nota de investimento.

A Sociedade não incorreu em custos relevantes referentes à aquisição e estes foram excluídos da mensuração da contrapartida transferida.

6.3 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

	Valor justo dos ativos líquidos		
	Circulantes	Não circulantes	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.682	-	2.682
Contas a receber	3.600	-	3.600
Outros ativos circulantes e não circulantes	2.206	312	2.518
Impostos a recuperar	4.173	434	4.607
Imobilizado	-	5.999	5.999
Intangível	-	66.921	66.921
Passivos			
Fornecedores	(2.170)	-	(2.170)
Empréstimos e financiamentos	(5.223)	(1.244)	(6.467)
Obrigações sociais e salariais	(2.691)	-	(2.691)
Adiantamentos de clientes	(12.316)	-	(12.316)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(695)	(410)	(1.105)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(10.722)	(10.722)
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	-	(14)	(14)
Ativos líquidos adquiridos	(10.434)	61.276	50.842

6.4 Ágio gerado na aquisição

	31/12/2013	
	Controladora	Consolidado
Contrapartida transferida	55.269	55.269
Mais: Participações não controladoras (50%)		
Valor justo dos ativos líquidos	17.616	-
Valor justo dos minoritários	-	36.181
Menos:		
Valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(50.842)	(50.842)
Ágio gerado na aquisição	22.043	40.608

Foi gerado ágio na aquisição da BR Educação e de suas controladas, porque o custo da combinação incluiu o montante pago pelo prêmio de controle. Adicionalmente, a contrapartida paga pela combinação efetivamente incluiu valores em relação ao benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

A Administração do Grupo não espera que os ágios originados dessas aquisições sejam dedutíveis para fins fiscais.

6.5 Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

31/12/2013

Contrapartidas pagas em caixa	10.487
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(2.682)</u>
Desembolso líquido de caixa	<u><u>7.805</u></u>

7. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

A Administração da Sociedade baseada em sua estratégia de mercado efetuou, em maio de 2013, reestruturação societária onde os imóveis pertencentes à controlada indireta UNA Gestão Patrimonial S.A. (“UNA”) e a controlada RNE Gestão Patrimonial S.A. (“RNE”), foram vertidos para os sócios da Sociedade. Posteriormente, houve permuta de imóveis entre as controladas Unimonte e RNE. A reestruturação está demonstrada em etapas, conforme abaixo:

- Etapa 1

Em Assembleia Geral Extraordinária, a controlada indireta UNA, efetuou cisão parcial de seus ativos e passivos através da Constituição de uma nova sociedade empresária, sob a denominação de Santa Antonieta Gestão Patrimonial Ltda. (“Santa Antonieta”). Os imóveis vertidos para esta nova empresa continuarão a ser utilizados pela controlada MGE, e o valor acordado pelo pagamento do aluguel nas mesmas condições pactuadas com a UNA continuará a ser de R\$204 mensais. O valor do imobilizado líquido vertido da companhia foi de R\$33.466.

- Etapa 2

Em Assembleia Geral Extraordinária, a Sociedade decidiu reduzir seu capital em R\$47.490, sem cancelamento das ações. O valor foi quitado na proporção da participação de cada qual no capital social, através da entrega das ações das controladas RNE e Santa Antonieta. O patrimônio líquido entregue aos acionistas foi de R\$25.542 da Santa Antonieta e R\$21.948 da RNE.

- Etapa 3

Em 27 de junho de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária, a Sociedade deliberou por fazer permuta, sem torna, entre alguns imóveis localizados na cidade de Santos, de propriedade da controlada Unimonte, no valor de R\$5.943, com imóveis da RNE no valor de R\$8.714 sendo a diferença contabilizada em conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido no valor líquido de R\$2.771, por tratar-se de transações com acionistas. Esta operação envolveu apenas a transferência de bens entre as empresas, não resultando ganho ou perda para ambas.

Com esta operação ocorreu a saída da empresa RNE do quadro societário da GAEC por meio da entrega de ações pela Sociedade e de créditos que esta possuía frente à controlada MGE, após compensados adiantamentos realizados em 2012 no montante de R\$13.157. Os bens registrados na rubrica “imóveis para a venda” (nota explicativa nº 11) foram baixados e não serão mais apresentados nas demonstrações financeiras anuais posteriores.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	1.060	7	2.578	956
Aplicações financeiras	1.587	116	9.624	4.514
Total	2.647	123	12.202	5.470

As aplicações financeiras são classificadas como empréstimos e recebíveis. São representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais possuem rentabilidade aproximada de 100% a 102,90% do CDI.

(b) Aplicações financeiras

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações financeiras	385.640	-	476.487	-
Total	385.640	-	476.487	-

As aplicações financeiras são classificadas como empréstimos e recebíveis. São representadas por fundos de investimentos cuja rentabilidade dos últimos doze meses esteve entre 100,00% e 103,00%, todos de liquidez imediata.

O aumento das aplicações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está relacionado, principalmente ao recursos obtidos com o início da negociação de ações da Sociedade na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, e provenientes também da contratação de novos empréstimos bancários, com intuito de recomposição de caixa, permitindo que a Sociedade e suas controladas tenham recursos disponíveis para novas aquisições de investimentos previstos em seu plano de negócios e alinhado com sua missão de construir uma rede nacional de instituições de educação superior de qualidade.

9. CONTAS A RECEBER

	Controladora (BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012
Aluguéis, serviços e outros	4.122	1.405
Total	4.122	1.405

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012
Mensalidades a receber (a)	50.534	51.978
Fies - Financiamento Estudantil (d)	47.301	15.357
Benefícios reembolsáveis - FUNDER (b)	1.993	4.336
Títulos em cobrança (c)	2.620	4.495
Aluguéis, serviços e outros	4.864	1.849
Eventos (e)	2.204	-
Total	<u>109.516</u>	<u>78.015</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - FIES (f)	(4.062)	(2.753)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Outros (g)	<u>(24.576)</u>	<u>(27.486)</u>
	<u>(28.638)</u>	<u>(30.239)</u>
Total contas a receber	<u>80.878</u>	<u>47.776</u>
(-) Ativo circulante	(80.557)	(45.850)
Ativo não circulante	321	1.926

- (a) Referem-se a mensalidades emitidas, porém ainda não recebidas, além de acordos firmados com estudantes com referência a mensalidades vencidas, acrescidas de multa de 2% e 2,5% de juros e atualização monetária, e de cobranças judiciais.
- (b) O Fundo de Estudos Reembolsáveis - FUNDER é um sistema de crédito educativo próprio da controlada UNA Gestão Patrimonial S.A. que busca viabilizar a formação acadêmica do aluno impossibilitado de custear integralmente seu curso superior, opções estas disponíveis para graduação bacharelado, licenciatura e tecnológico. Tal programa possibilita acesso à educação superior de qualidade ao aluno com recursos financeiros limitados. Este programa não é mais oferecido para novos ingressantes desde 2007.

O financiamento era realizado sobre o percentual de dez a quarenta por cento do valor da mensalidade com a condição, como garantia, de dois avalistas possuidores de imóvel, com renda mensal equivalente ao dobro da mensalidade.

A receita relativa à mensalidade integral foi reconhecida no momento da prestação do serviço, sendo que o percentual não financiado foi registrado como mensalidades a receber e a diferença financiada contabilizada como benefícios reembolsáveis - FUNDER. A realização deste saldo está ocorrendo após a conclusão do curso, sendo o saldo devedor remunerado à taxa de juros acordada em contrato sendo de 1% ao mês, acrescido de correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A classificação em circulante e não circulante reflete a expectativa destes recebimentos nas datas dos balanços.

- (c) Referem-se a mensalidades renegociadas, acrescidas de juros e atualização monetária, pelos índices contratuais, registrados pelo regime de competência. Tais renegociações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito. Nesta conta, figuram também cheques devolvidos que são enviados para empresa de cobrança terceirizada.
- (d) Refere-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil ainda não recebidas. O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores através de créditos que são utilizados

para compensação de impostos e contribuições federais, podendo ainda estes créditos serem recomprados pelo fundo. No dia 24 de dezembro de 2013 o FNDE através da circular eletrônica nº 29/2013, informou às entidades mantenedoras de instituições de ensino superior que por dificuldades operacionais, os créditos de recursos provenientes do FIES, somente foram liberados no dia 06 de janeiro de 2014, ocasionando aumento relevante no saldo de contas a receber do FIES, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

- (e) Refere-se a promoção e organização de congressos, seminários, festivais e demais eventos culturais, nacionais e internacionais.
- (f) A Sociedade constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Sociedade é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Sociedade é responsável por 15% de uma eventual inadimplência do aluno. Para os contratos sem fiador, que são garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Sociedade contribui com 7% da receita para os contratos assinados até 3 de abril de 2012 e de 5,63% para os contratos assinados após esta data para a constituição de tal fundo garantidor que arcará com 90% da inadimplência que ocorrer e a Sociedade arcará com 15% sobre os restantes 10% de inadimplência. Desta forma, a provisão para devedores duvidosos sobre o FIES é constituída sobre os montantes não cobertos pelo FGEDUC. O saldo de provisão desta conta é equivalente aos montantes retidos pelo FNDE e não repassados às controladas a título de “risco de crédito”, os quais poderão ser liberados posteriormente quando os alunos pagarem suas dívidas ou poderão ser utilizados para compensar a inadimplência na fração de 15% sobre a qual a Sociedade é responsável. Esta conta de provisão não contém saldos relativos ao FGEDUC, os quais são reduzidos diretamente do contas a receber como contrapartida das despesas citadas acima para constituição do Fundo (R\$5.878 em 31 de dezembro de 2013 e R\$2.940 em 31 de dezembro de 2012).
- (g) A Sociedade constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise do saldo dos clientes e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerado o histórico de inadimplência e as negociações em andamento. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda que é recorrentemente provisionada. A probabilidade de perda aumenta a medida que o tempo de atraso do pagamento passa de uma faixa para a faixa superior.

As controladas MGE, IMEC, Unimonte e UNA, fazem constituição ou reversão da provisão de créditos de liquidação duvidosa conforme análises econômicas com base no histórico de perdas em cada faixa e cada carteira de clientes ocorridas nos anos anteriores e previstas de ocorrer no futuro, levando em consideração um cenário conservador. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração, em face de eventuais perdas na realização das mensalidades e financiamentos a receber.

A política de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa para a carteira de mensalidades a receber estabelece a perda por faixa de vencimento, conforme média abaixo apresentada:

A Vencer	16%
Vencidos até 180 dias	39%
Vencidos de 181 a 360 dias	68%
Vencidos de 361 a 720 dias	81%
Vencidos há mais de 720 dias	100%

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as controladas MGE, IMEC e Unimonte, adotam como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de dois anos, ainda em aberto nos registros contábeis, embora estas controladas continuem com esforços para seu recebimento.

A controlada UNA, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, alterou a sua política contábil de provisão dos títulos vencidos entre 2 e 5 anos passando a provisioná-los em 100% para em 2014 equalizar sua política contábil de baixa de títulos vencidos, que hoje é feita dos títulos vencidos acima de cinco anos, para baixa de títulos acima de dois anos, igualando-se ao critério adotado pelas controladas MGE, IMEC e Unimonte. A principal carteira da controlada UNA refere-se a benefícios reembolsáveis - FUNDER, a qual possui garantias de fiadores, que são acionados judicialmente em caso de inadimplência.

O saldo de contas a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional e o seu valor de realização não difere significativamente do valor justo desses ativos.

O saldo referente a partes relacionadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$4.122 na controladora (R\$1.405 em 31 de dezembro de 2012).

O saldo de contas a receber por data de vencimento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 está distribuído conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	4.054	1.340
Vencidos:		
Até 180 dias	-	12
De 181 a 360 dias	68	12
Há mais de 360 dias	-	41
Total	<u>4.122</u>	<u>1.405</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
	31/12/2013				31/12/2012			
	Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo líquido	%	Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo líquido	%
FIES	47.301	(4.062)	43.239	53,46%	15.357	(2.753)	12.604	26,38%
A vencer	11.128	(1.418)	9.710	12,01%	13.307	(1.761)	11.546	24,16%
Vencidos:								
Até 180 dias	25.100	(4.894)	20.206	24,98%	21.399	(4.947)	16.452	34,44%
De 181 a 360 dias	9.884	(5.490)	4.394	5,43%	9.645	(5.828)	3.817	7,99%
De 361 a 720 dias	14.756	(11.427)	3.329	4,12%	16.774	(13.708)	3.066	6,42%
Há mais de 720 dias	1.347	(1.347)	-	0,00%	1.533	(1.242)	291	0,61%
Total	<u>109.516</u>	<u>(28.638)</u>	<u>80.878</u>	<u>100%</u>	<u>78.015</u>	<u>(30.239)</u>	<u>47.776</u>	<u>100%</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período é como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do período	30.239	32.680	
Adição:			
PCLD do período (i)	13.778	17.086	
Títulos baixados no período (ii)	<u>(15.379)</u>	<u>(19.527)</u>	
Saldo final	<u>28.638</u>	<u>30.239</u>	

- (i) Refere-se a adições à provisão para créditos de liquidação duvidosa do período;
(ii) Refere-se a títulos baixados com vencimento superior a dois anos.

10. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores	38	83	1.390	220
Caução - aluguel (a)	-	-	254	-
Funcionários - férias e outros	173	129	8.565	6.279
Total	<u>211</u>	<u>212</u>	<u>10.209</u>	<u>6.499</u>
(-) Ativo circulante	(211)	(212)	(9.962)	(6.499)
Ativo não circulante	-	-	247	-

- (a) Refere-se à caução de aluguel do prédio em São Paulo, realizado pela HSM Educação.

11. IMÓVEIS PARA VENDA

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012
Terrenos	-	9.809
Edificações	-	1.876
Total	<u>-</u>	<u>11.685</u>

Conforme detalhado na nota explicativa nº 7, a reorganização societária resultou na saída da empresa RNE do quadro societário da Sociedade por meio da entrega de suas ações pela Sociedade e de créditos que esta possuía frente à controlada MGE. Desta forma, os bens registrados na rubrica “imóveis para a venda” foram baixados e não serão mais apresentados nas demonstrações financeiras anuais posteriores.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Antecipação de IRPJ (a)	-	-	2.120	1.541
Antecipação de CSLL (a)	-	-	398	190
Impostos Retidos na fonte (b)	-	-	1.812	-
IRRF	481	802	2.085	1.280
PIS/COFINS/CSLL	125	386	2.512	889
ISS	3	88	371	414
INSS A RECUPERAR	5	5	437	344
IPTU	-	-	-	91
Outros	-	-	6	-
Total	<u>614</u>	<u>1.281</u>	<u>9.741</u>	<u>4.749</u>
(-) Ativo circulante	-	-	(4.315)	-
Ativo não circulante	614	1.281	5.426	4.749

- (a) A controlada UNA possui valores a compensar relativos às antecipações de imposto de renda e contribuição social dos exercícios de 2000 e 2001 que foram incluídos no parcelamento do REFIS IV (Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09) e serão compensados com outros tributos assim que o parcelamento for quitado. A atualização está sendo realizada pela taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).
- (b) A controlada HSM Brasil possui R\$1.185 de Imposto de Renda e Contribuição Social retido sobre o recebimento, do exterior, de saldo de mútuos e de prestação de serviços efetuados pelo Grupo HSM e R\$627 de imposto de renda de contribuição social retido sobre notas fiscais, que a partir de 2013 estão sendo utilizados para compensar impostos federais.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Ativo - A Sociedade e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, no montante de R\$50.715 (R\$18.259 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$184.059 (R\$79.491 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado, não sujeitos a prazo prescricional, para os quais não foram constituídos impostos diferidos ativos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as atividades de prestação de serviços de pós graduação e mestrado, cursos livres e locação de espaço em horários ociosos das operações de educação não geraram lucro tributável. Entretanto, a Administração da Sociedade tem expectativa de que as atividades não isentas começem a dar lucro tributável a partir do exercício de 2014, na controlada MGE. Nas controladas Unimonte e IMEC, até o momento, a Administração não tem expectativa de lucro tributável nas atividades não isentas para os próximos anos.

Passivo - O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se a:

- (i) Impostos e contribuições relativos à diferença entre o valor contábil reavaliado dos imóveis reavaliados em 2007 e da apropriação de mais valia do ativo em combinação de negócio

realizada em 2009, e sua correspondente base fiscal pelo valor original, o que se constitui uma diferença temporária e dá origem a uma obrigação fiscal deferida a ser realizada proporcionalmente à realização dos respectivos bens. Em ambos os casos, os valores referem-se as controladas UNA e Unimonte detentoras dos ativos reavaliados e apropriados pela mais valia dos ativos em combinação de negócios.

- (ii) Imposto de renda e contribuição social deferidos reconhecidos em combinação de negócios, em decorrência da mais valia de ativos identificados não reconhecidos anteriormente, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	31/12/2013
Ativos totais identificados a valor justo	50.842
(-) Ativos já reconhecidos anteriormente	<u>(30.028)</u>
Mais valia proveniente da aquisição de controladas, líquida	20.814
Impostos sobre a mais valia em combinação de negócios	10.722

A movimentação dos saldos passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Saldo inicial	Movimentação	Mais valia em combinação de negócios	Saldo final
	31/12/2012	Resultado	Realização (*)	31/12/2013
Imposto de renda	13.383	(1.518)	(8.338)	7.884
Contribuição social	<u>4.818</u>	<u>(544)</u>	<u>(3.001)</u>	<u>2.838</u>
Total	<u>18.201</u>	<u>(2.062)</u>	<u>(11.339)</u>	<u>10.722</u>
				<u>15.522</u>

(*) A realização de Imposto de renda e Contribuição social refere-se majoritariamente à reorganização societária (cisão e permuta) conforme descrito na nota explicativa nº 7.

CONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro (prejuízo) antes de IR e CS	38.360	23.503	31.918	23.357
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	(13.042)	(7.991)	(10.852)	(7.941)
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	19.034	10.962	-	-
Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício PROUNI (a)	-	-	26.459	13.088
Concessão de ações a funcionários (RTT)	11.148	-	11.162	-
Créditos tributários não constituídos	(11.367)	(2.947)	(17.792)	(4.898)
Outras adições e exclusões	(5.773)	(24)	(6.875)	(103)
Imposto de renda e contribuição social calculado	-	-	2.102	146
IR e CS corrente no resultado do exercício	-	-	40	-
IR e CS diferido no resultado do exercício	-	-	2.062	146
Alíquota efetiva de IR e CS	-	-	6,6%	1%

- (a) Conforme descrito nas práticas contábeis, estes valores correspondem à isenção do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido em virtude das controladas MGE, IMEC e Unimonte terem aderido ao PROUNI. Veja mais detalhes na nota explicativa nº 27.

14. INVESTIMENTOS

Os investimentos nas sociedades controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora (BR GAAP)			Controladora (BR GAAP)		
	31/12/2013		Participação	31/12/2012		Participação
	Investimento	Equivalência Patrimonial		Investimento	Equivalência Patrimonial	
Ativo:						
IMEC	21.500	35.570	100%	11.091	21.347	100%
MGE	44.024	31.478	100%	48.130	25.732	100%
BR Educação Executiva	19.394	(4.280)	100%	-	-	-
Unimonte	335	(5.767)	100%	-	-	-
RNE	-	(1.020)	100%	8.810	(1.724)	100%
VC Network	61	-	100%	61	(146)	100%
Valor justo alocado	34.784	-		24.380	-	
Obrigações por aquisição de controladas (a)	40.000	-		-	-	
Ágio (<i>goodwill</i>) (a)	51.868	-		29.825	-	
Subtotal	211.966	55.981		122.297	45.209	
Outros investimentos	10	-		7	-	
	211.976	55.981		122.304	45.209	

	Controladora (BR GAAP)			Controladora (BR GAAP)		
	31/12/2013			31/12/2012		
	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação
Passivo:						
Unimonte	-	-	100%	(40.736)	(12.968)	100%
	-	-		(40.736)	(12.968)	
Total	<u><u>211.976</u></u>	<u><u>55.981</u></u>		<u><u>81.568</u></u>	<u><u>32.241</u></u>	

- (a) Em 04 de fevereiro de 2013, a GAEC outorgou à RBS Participações S.A. e RBS Mídia, Digital e Participações S.A., opção para que estas, a seu exclusivo critério, vendam à Anima a totalidade das ações detidas por ela nas sociedades HSM Educação S.A. e HSM do Brasil S.A. das quais detém 50% de participação. Tal opção pode ser exercida pelo preço de R\$40.000 corrigido pela variação do IGPM desde 4 de fevereiro de 2013 até fevereiro de 2028, sem redução decorrente de endividamento ou contingências das sociedades e sem majoração por tributos incidentes. O valor acordado poderá ser pago em até 12 parcelas mensais se garantido por hipoteca ou fiança bancária.

A opção descrita, no valor de R\$6.690 compôs o valor pago pela Sociedade por sua participação na BR Educação e nas investidas indiretas HSM Educação S.A. e HSM do Brasil S.A. e pelo controle exercido sobre as mesmas.

A opção de venda (PUT) referente às participações da HSM do Brasil e HSM Educação foi precificada com base em informações disponíveis em mercado. Para o cálculo da PUT, foi utilizada uma simulação com o modelo Binomial para opções americanas, em 180 passos e um teste de aderência com aproximação quadrática fundamentada em técnicas computacionais para opções americanas, (*Barone-Adesi and Whaley*) e direcionados em um apreçamento de PUT, em decorrência da PUT prever uma antecipação de exercício.

As premissas utilizadas para o cálculo foram:

- Preço a vista: valores utilizados referem-se a 50% do *fair value* da HSM do Brasil e HSM Educação.
- *Strike*: a opção de venda possui um preço de exercício no valor de R\$40.000 corrigido pela variação do IGPM a partir da data do contrato. Foi utilizado a curva de IGPM para projeção do valor futuro até o vencimento em 2028 e suavizado pelo cupom - DIxIGPM.
- Dividendos: a taxa de dividendos aproxima-se de zero e por este motivo foi considerada como zero para avaliação e modelagem.
- Volatilidade: baseado na análise dos cenários para volatilidade histórica, implícita e EWMA (*exponentially weighted moving average*), para a mesma relação de comparáveis utilizada no *valuation*.
- Prazo: 15 anos, conforme definido em contrato.
- Taxa livre de risco: Conforme padrão adotado, em mercado, para operações denominadas em reais curvas de DI-Pré da BM&F na data de 28/02/2028 (10,16%).

Pelas incertezas geradas dentro do modelo ou imprecisão por interferência de variáveis não observadas em mercado, foi aplicada uma análise de sensibilidade com variação de 2% (+/-) em relação ao preço de exercício.

Adicionalmente foi reconhecido na linha de investimento o valor de R\$40.000 por conta da obrigação contratual, caso exercida pelo outro acionista, da compra dos 50% das ações remanescentes nas controladas indiretas HSM Educação S.A. e HSM do Brasil S.A. em contrapartida do passivo.

Informações sobre as controladas diretas:

Minas Gerais Educação S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem por objetivo a administração de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, as atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

Instituto Mineiro de Educação e Cultura - Uni-BH S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, constituída em 15 de maio de 2009, que tem por objeto criar e manter estabelecimento de ensino em nível superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais visando atingir um elevado grau cultural e educacional em todo o seu território de atuação.

Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Santos, estado de São Paulo, que tem como objeto social a administração de atividades de instituição de ensino de terceiros e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, as atividades de treinamento, pesquisa, consultoria e assessoria a empresas públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

VC Network Educação S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem como objetivo a administração de atividades de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, às atividades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamentos, cursos à distância bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura e no momento não tem atividades, estando pronta para assumir nova operação que venha a ser adquirida pela Sociedade.

RNE Gestão Patrimonial S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado com fins lucrativos, com sede na cidade de Santos, estado de São Paulo, e tem como objetivo a administração de bens ou ativos que lhe pertençam. A maior parte de seus imóveis era alugada para a parte relacionada Unimonte. Esta investida foi objeto de reorganização societária em maio de 2013, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

BR Educação Executiva S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo que tem como objetivo a administração de instituições de ensino e auxilio as atividades de apoio à educação.

Informações sobre as controladas indiretas:

UNA Gestão Patrimonial S.A. - Subsidiária integral da controlada MGE, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, tem como objetivo a administração de bens ou ativos que lhe pertençam. Como parte significativa dos imóveis que pertenciam a UNA eram utilizados pela parte relacionada MGE nas atividades de educação, a totalidade do ativo era mantida como “Imobilizado”, na rubrica de mesmo nome, nas demonstrações financeiras consolidadas. Esta investida foi objeto de reorganização societária em maio de 2013, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

HSM do Brasil S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo cujo objetivo é a edição e impressão de livros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão e serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

HSM Educação S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo que tem como objetivo ofertar cursos de educação superior (graduação e pós-graduação) além de dar consultorias em gestão empresarial.

HSM Editora S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo cujo objetivo é a edição de livros, o comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações e serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros.

HSM Marcas Ltda. - Sociedade com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo que visa a gestão de ativos intangíveis não-financeiros, a distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão, além de prestar serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas e cursos de educação superior (graduação e pós-graduação).

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012
Hoper Educação	10	10
Condomínio Lagoa dos Ingleses	-	48
Virtual Case Brasil Com. e Consult. S/A	-	42
Ânima Participações Ltda.	-	2
Total	10	102

Os investimentos consolidados referem-se a participações nas quais a Sociedade não possui influencia significativa. Estes investimentos são registrados e mantidos ao custo.

	Quantidade de ações possuídas		Quantidade de ações totais	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Controladas diretas:				
IMEC	5.768.479	5.768.479	5.768.479	5.768.479
MGE	2.464.054	8.355.730	2.464.054	8.355.730
VC Network	4.023.145	4.023.145	4.023.145	4.023.145
Unimonte	63.842.376	17.342.376	63.842.376	17.342.376
RNE	-	22.426.305	-	22.426.305
BR Educação	62.500.000	-	62.500.000	-
Controladas indiretas:				
UNA	25.134	31.380	25.134	31.380
HSM Brasil	989.930	-	1.979.860	-
HSM Educação	103.282	-	206.564	-
HSM Marcas	2.559.567	-	5.119.134	-
HSM Editora	13.354.124	-	26.708.247	-

As demonstrações financeiras das controladas estão demonstradas a seguir:

	31/12/2013					BR Educação (*)
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE	
Balanço patrimonial						
Ativo circulante	80.973	100.766	61	6.685	-	1.440
Ativo não circulante	16.733	40.575	-	44.117	-	30.119
Passivo circulante	28.400	39.852	-	10.613	-	-
Passivo não circulante	47.806	57.465	-	39.854	-	2.609
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	21.500	44.024	61	335	-	28.950
Resultado						
Receita líquida	161.010	223.811	-	32.927	653	-
Custo de serviços prestados	(84.810)	(124.104)	-	(21.749)	-	-
Despesas operacionais	(43.430)	(66.814)	(4)	(16.597)	(478)	(4.370)
Resultado financeiro	2.800	(1.415)	4	(2.316)	(1.197)	81
IR/CS diferido	-	-	-	1.968	2	9
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>35.570</u>	<u>31.478</u>	<u>-</u>	<u>(5.767)</u>	<u>(1.020)</u>	<u>(4.280)</u>

(*) O saldo do patrimônio líquido da BR Educação, contempla o ágio alocado no valor de R\$10.404, líquido da amortização do valor justo alocado no valor de R\$27, demonstrado no quadro de movimentação do investimento na controladora.

	31/12/2012				
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE
Balanço patrimonial					
Ativo circulante	20.082	33.384	69	5.806	206
Ativo não circulante	54.066	73.186	-	37.702	27.711
Passivo circulante	18.979	23.157	8	5.440	3.019
Passivo não circulante	44.078	35.283	-	71.144	16.317
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	11.091	48.130	61	(33.076)	8.581
Resultado					
Receita líquida	123.802	170.311	-	29.554	1.995
Custo de serviços prestados	(70.064)	(99.800)	-	(20.565)	-
Despesas operacionais	(34.009)	(41.849)	(145)	(18.935)	(1.119)
Resultado financeiro	1.618	(2.930)	(1)	(3.040)	(2.607)
IR/CS diferido	-	-	-	18	7
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>21.347</u>	<u>25.732</u>	<u>(146)</u>	<u>(12.968)</u>	<u>(1.724)</u>

A demonstração da evolução do patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas é como segue:

	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE	BR Educação
Saldo em 31 de dezembro de 2012	11.091	48.130	61	(33.076)	8.581	-
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>35.570</u>	<u>31.478</u>	<u>-</u>	<u>(5.767)</u>	<u>(1.020)</u>	<u>(4.280)</u>
Aquisição Participação	-	-	-	-	-	(i) 33.226
Dividendos intermediários de 2013	(28.312)	(23.240)	-	-	-	-
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	2.771	-	-
Aumento (redução) de capital	-	(25.543)	-	34.840	(7.561)	-
Reserva de capital	3.151	13.199	-	1.567	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>21.500</u>	<u>44.024</u>	<u>61</u>	<u>335</u>	<u>-</u>	<u>28.950</u>

(i) Tal saldo é composto de R\$22.822 a título de aquisição de participação e R\$10.404 relativo a valor justo alocado.

Segue abaixo a reconciliação do patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas e o investimento na controladora:

	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	BR Educação
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013	21.500	44.024	61	335	19.394
Valor justo alocado(a)	-	-	-	-	10.404
Ações concedidas a funcionários (b)	-	-	-	-	(848)
Total	<u><u>21.500</u></u>	<u><u>44.024</u></u>	<u><u>61</u></u>	<u><u>335</u></u>	<u><u>28.950</u></u>
% de participação	100%	100%	100%	100%	100%
Investimento na controladora em 31 de dezembro de 2013	<u><u>21.500</u></u>	<u><u>44.024</u></u>	<u><u>61</u></u>	<u><u>335</u></u>	<u><u>28.950</u></u>

- (a) Refere-se ao ágio alocado no valor de R\$10.404 demonstrado no quadro de movimentação do investimento na Controladora; e
(b) R\$848 referente a ajuste de equivalência relativo às ações concedidas aos funcionários.

	IMEC	MGE	VC Network	Unimont e	RNE
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012	11.091	48.130	61	(33.076)	8.581
Resultado não realizado (a)	-	-	-	(7.660)	229
Total	<u><u>11.091</u></u>	<u><u>48.130</u></u>	<u><u>61</u></u>	<u><u>(40.736)</u></u>	<u><u>8.810</u></u>
% de participação	100%	100%	100%	100%	100% %
Investimento na controladora em 31 de dezembro de 2012	<u><u>11.091</u></u>	<u><u>48.130</u></u>	<u><u>61</u></u>	<u><u>(40.736)</u></u>	<u><u>8.810</u></u>

- (a) Refere-se à venda de imóvel da Unimonte para a RNE pelo valor da avaliação patrimonial baseada em laudo técnico e que diferiu do valor histórico contábil.

A movimentação dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é apresentada como segue:

	Controladora (BR GAAP)									
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE	BR Obrigações por aquisição	Outros	Valor justo alocado	Ágio	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	<u><u>3.334</u></u>	<u><u>20.157</u></u>	<u><u>(1.847)</u></u>	<u><u>(27.464)</u></u>	<u><u>11.784</u></u>			<u><u>89</u></u>	<u><u>25.169</u></u>	<u><u>29.825</u></u>
Aumento de capital	-	6.275	3.150	16.000	-	-	-	-	-	25.425
Aquisição de participação (Ágio) deságio em transações de capital	-	51.073 (39.107)	548 (1.644)	502 (16.806)	573 116	-	-	-	-	52.696 (57.441)
Resultado de equivalência patrimonial	21.347	25.732 (146)	-	(12.968) (1.724)	-	-	-	-	-	32.241 (17.722)
Distribuição de dividendos	(1.722)	(16.000)	-	-	-	-	-	-	-	(11.868) (1.939)
Dividendos intermediários de 2012	(11.868)	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.868) (1.939)
Variação de percentual de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(789) (789)
Amortização do valor justo alocado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(82) (82)
Baixa de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7 7
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	<u><u>11.091</u></u>	<u><u>48.130</u></u>	<u><u>61</u></u>	<u><u>(40.736)</u></u>	<u><u>8.810</u></u>			<u><u>24.380</u></u>	<u><u>29.825</u></u>	<u><u>81.568</u></u>
Obrigação por aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.000
Aquisição de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.000
Resultado de equivalência patrimonial	35.570	31.478	-	(5.767) (229)	(1.020) (4.280)	-	-	10.404	22.043	55.269 55.981
Realização de lucros não realizados	-	-	-	7.660	-	-	3	-	-	7.434
Aumento (redução) de capital	-	(i) (25.542)	-	(ii) 34.840 (7.561) (iii)	(7.561)	-	-	-	-	1.737
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	2.771	-	848	-	-	-	3.619
Reserva de capital	3.151	13.198	-	1.567	-	4	-	-	-	17.920
Distribuição de dividendos	<u><u>(28.312)</u></u>	<u><u>(23.240)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(51.552)</u></u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u><u>21.500</u></u>	<u><u>44.024</u></u>	<u><u>61</u></u>	<u><u>335</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>19.394</u></u>	<u><u>40.000</u></u>	<u><u>10</u></u>	<u><u>34.784</u></u>	<u><u>51.868</u></u>
										<u><u>211.976</u></u>

- (i) Refere-se a reorganização societária conforme descrito na nota explicativa nº 7.
- (ii) Refere-se a aumento de capital realizado na Unimonte visando liquidar substancialmente os múltiplos passivos da investida.
- (iii) Refere-se a cisão mencionada na nota explicativa nº 7.

15. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Controladora (BR GAAP)			
		31/12/2013		Imobilizado líquido	31/12/2012 Imobilizado líquido
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	532	(70)	462	366
Instalações	10%	22	(2)	20	2
Máquinas e equipamentos	10%	201	(42)	159	154
Móveis e utensílios	10%	488	(113)	375	269
Computadores e periféricos	20%	1.276	(625)	651	442
Veículos	20%	63	(22)	41	53
Equipamentos de audiovisual	20%	264	(52)	212	56
Imobilizado em andamento	-	284	-	284	247
Total		3.130	(926)	2.204	1.589

	Taxas anuais de depreciação	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		31/12/2013		Imobilizado líquido	31/12/2012 Imobilizado líquido
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada		
Terrenos	-	13.110	-	13.110	18.041
Edificações	1,82%	14.154	(1.070)	13.084	50.976
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	38.121	(10.653)	27.468	17.276
Instalações	10%	5.576	(2.992)	2.584	2.870
Máquinas e equipamentos	10%	17.638	(9.978)	7.660	6.167
Móveis e utensílios	10%	20.613	(13.865)	6.748	4.138
Computadores e periféricos	20%	19.022	(13.413)	5.609	3.227
Veículos	20%	96	(42)	54	73
Biblioteca e videoteca	10%	15.286	(7.617)	7.669	5.917
Equipamentos de audiovisual	20%	4.686	(3.299)	1.387	901
Imobilizado em andamento	-	3.350	-	3.350	2.136
Outros	-	9	(9)	-	-
Total		151.661	(62.938)	88.723	111.722

A movimentação do ativo immobilizado da controladora é demonstrada como segue:

	Controladora (BR GAAP)					
	Saldo líquido em 31/12/2012	Adições	Baixa	Depreciações	Transfe- rências	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	366	-	-	(40)	136	462
Instalações	2	19	-	(1)		20
Máquinas e equipamentos	154	71	(42)	(19)	(5)	159
Móveis e utensílios	269	146	-	(45)	5	375
Computadores e periféricos	442	424	(2)	(213)		651
Veículos	53	1	-	(13)		41
Equipamentos de audiovisual	56	193	(2)	(35)		212
Imobilizado em andamento	247	173	-	-	(136)	284
Total	1.589	1.027	(46)	(366)	-	2.204

	Controladora (BR GAAP)				
	Saldo líquido em 31/12/2011	Adições	Depreciações	Transfe- rências (i)	Saldo líquido em 31/12/2012
Benefícios em imóveis de terceiros	66	308	(8)	-	366
Instalações	3	-	(1)	-	2
Máquinas e equipamentos	90	76	(12)	-	154
Móveis e utensílios	182	110	(23)	-	269
Computadores e periféricos	422	175	(159)	4	442
Veículos	14	45	(6)	-	53
Equipamentos de audiovisual	25	41	(10)	-	56
Imobilizado em andamento	-	247	-	-	247
Total	<u>802</u>	<u>1.002</u>	<u>(219)</u>	<u>4</u>	<u>1.589</u>

(i) Transferências realizadas para a rubrica intangível para melhor apresentação dos ativos.

Segue abaixo a movimentação do consolidado:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)								
	Saldo líquido em 31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciações	Transf.	Permuta (ii)	Baixa de acervo líquido (iii)	Combinação de negócios (i)	Saldo líquido em 31/12/2013
Terrenos	18.041	-	-	-	-	1.383	(6.314)	-	13.110
Edificações	50.976	-	-	(552)	-	1.388	(38.728)	-	13.084
Benefícios em imóveis de terceiros	17.276	-	(12)	(3.077)	10.114	-	-	3.167	27.468
Instalações	2.870	261	-	(481)	5	-	(108)	37	2.584
Máquinas e equipamentos	6.167	2.624	(45)	(1.177)	-	-	-	91	7.660
Móveis e utensílios	4.138	1.792	(1)	(1.094)	(54)	-	(1)	1.968	6.748
Computadores e periféricos	3.227	3.530	(7)	(1.683)	-	-	-	542	5.609
Veículos	73	-	-	(19)	-	-	-	-	54
Biblioteca e videoteca	5.917	2.741	-	(989)	-	-	-	-	7.669
Equipamentos de audiovisual	901	895	(9)	(400)	-	-	-	-	1.387
Imobilizado em andamento	<u>2.136</u>	<u>11.089</u>	<u>(4)</u>	<u>(9.472)</u>	<u>(10.065)</u>	<u>2.771</u>	<u>(45.151)</u>	<u>194</u>	<u>3.350</u>
Total	<u>111.722</u>	<u>22.932</u>	<u>(78)</u>					<u>5.999</u>	<u>88.723</u>

- (i) As adições são decorrentes da combinação descrita nota explicativa nº 6.
- (ii) Tal saldo refere-se ao saldo líquido da permuta dos imóveis entre a Unimonte e RNE na reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 7, etapa 3.
- (iii) Tal saldo refere-se a baixa de acervo líquido decorrente da cisão da UNA, onde foi vertido o valor de R\$33.466 e a baixa do imóvel da RNE no valor de R\$11.685 pois a mesma não pertence mais ao grupo, descrito na nota explicativa nº 7.

Consolidado
(IFRS e BR GAAP)

	Saldo líquido em 31/12/2011	Adições	Baixas	Depreciações	Transfe- rências (ii)	Saldo líquido em 31/12/2012
Terrenos	18.041	-	-	-	-	18.041
Edificações	51.939	-	-	(963)	-	50.976
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.093	-	-	(1.740)	7.923	17.276
Instalações	3.326	67	-	(505)	(18)	2.870
Máquina e equipamentos	5.158	2.064	-	(1.074)	19	6.167
Móveis e utensílios	3.696	1.243	-	(896)	95	4.138
Computadores e periféricos	2.493	1.820	(2)	(1.089)	5	3.227
Veículos	46	45	(2)	(16)	-	73
Biblioteca e videoteca	4.510	2.210	-	(806)	3	5.917
Equipamentos de audiovisual	534	700	-	(333)	-	901
Imobilizado em andamento (i)	1.695	8.463	-	-	(8.022)	2.136
Outros	9	-	-	-	(9)	-
Total	<u>102.540</u>	<u>16.612</u>	<u>(4)</u>	<u>(7.422)</u>	<u>(4)</u>	<u>111.722</u>

(i) O imobilizado em andamento refere-se aos desembolsos efetuados pela Sociedade na construção e ampliação de suas unidades de ensino.

(ii) Transferências realizadas para a rubrica intangível para melhor apresentação dos ativos.

A Sociedade e suas controladas revisaram a vida útil dos seus ativos e concluíram que as taxas de depreciação e amortização utilizadas são condizentes com as suas operações e refletem adequadamente a vida útil desses ativos.

Nas datas de fechamento das demonstrações financeiras, a Administração entendeu que os itens do ativo imobilizado não possuem evidência de que os custos registrados são maiores que os seus valores de recuperação, conforme IAS 36 (correspondente ao Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)).

As principais adições estão relacionadas às imobilizações em andamento relativas à expansão dos Campi. Posteriormente, após a conclusão das obras, os valores serão transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começarão a sofrer depreciação.

15.1. Ativos cedidos em garantia

A Sociedade e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em garantia em processos judiciais. Foram cedidas as edificações do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$48.968 (R\$50.977 em 31 de dezembro de 2012) para tais processos.

As máquinas e equipamentos adquiridos através de Finame contratado junto ao Banco do Brasil, com valor contábil de aproximadamente R\$384 (R\$452 em 31 de dezembro de 2012) foram cedidos em garantia para estes empréstimos a título de hipoteca. O Grupo não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos ou vende-los a outra empresa.

16. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Softwares (a)	20%	3.979	2.224	15.218	9.980
Carteira de clientes (d)	33%	-	-	6.584	2.368
Direitos autorais	10%	-	-	18	18
Material Didático		-	-	4.471	-
Mailing list		-	-	422	-
Taxonomia		-	-	880	-
Amortização acumulada		(1.456)	(902)	(14.686)	(9.180)
		<u>2.523</u>	<u>1.322</u>	<u>12.907</u>	<u>3.186</u>
Marcas e patentes (b)		-	-	86.951	27.184
Ágio - rentabilidade futura (c)		-	-	70.323	29.825
Total		<u>2.523</u>	<u>1.322</u>	<u>170.181</u>	<u>60.195</u>

- (a) Refere-se principalmente a softwares adquiridos e gastos com desenvolvimento de softwares integrados de gestão da Sociedade e de suas controladas amortizados à taxa de 20% ao ano.
- (b) Refere-se a valores pagos pela aquisição das marcas “UNA”, “UNI-BH” e “HSM”, para as quais a Sociedade possui o direito de manutenção (credenciamento concedido pelo Ministério da Educação, que credencia o funcionamento das instituições de ensino superior) através de suas investidas.
- (c) Refere-se à parte do ágio pago na aquisição da manutenção do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH, e aquisição da BR Educação Executiva S.A, que inclui a manutenção da HSM Educação, alocado como rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação. Conforme critérios definidos pela Interpretação Técnica ICPC 09 (R1), o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura registrado na controladora, deve ser reclassificado para o intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (d) Refere-se à parte da carteira de clientes pago na aquisição da manutenção do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH e na aquisição da manutenção da UNA Betim.

A movimentação da controladora é:

Controladora (BR GAAP)				
	Saldo líquido em 31/12/2012	Adições	Amortização	Transferências
Softwares	1.322	1.754	(553)	-
Total	<u>1.322</u>	<u>1.754</u>	<u>(553)</u>	<u>-</u>

Controladora (BR GAAP)				
	Saldo líquido em 31/12/2011	Adições	Amortização	Transferências (i)
Softwares	1.307	411	(392)	(4)
Total	<u>1.307</u>	<u>411</u>	<u>(392)</u>	<u>(4)</u>

(i) Transferência realizada para a rubrica imobilizado para melhor apresentação do ativo.

O quadro abaixo demonstra a movimentação do consolidado:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Saldo líquido em 31/12/2012	Adições	Baixa	Amortização	Adição proveniente das adquiridas	Saldo líquido em 31/12/2013
Softwares	3.179	2.579	(1.110)	(1.269)	1.936	5.315
Carteira de clientes	-	4.190	-	(1.283)	26	2.933
Marcas e patentes	27.184	-	-	(295)	59.288	86.177
Ágio - rentabilidade futura	29.825	40.498	-	-	-	70.323
Direitos autorais	7	110	(309)	(3)	199	4
Material Didático	-	-	-	-	4.471	4.471
<i>Mailing list</i>	-	-	-	(80)	422	342
Taxonomia	-	153	-	(110)	573	616
Total	<u>60.195</u>	<u>47.530</u>	<u>(1.419)</u>	<u>(3.040)</u>	<u>66.915</u>	<u>170.181</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Saldo líquido em 31/12/2011	Adições	Baixas	Amortização	Transf. (i)	Saldo líquido em 31/12/2012
Software	2.951	1.259	-	(1.026)	(5)	3.179
Carteira de clientes	789	-	-	(789)	-	-
Marcas e patentes	27.184	-	-	-	-	27.184
Ágio - rentabilidade futura	29.825	-	-	-	-	29.825
Direitos autorais	-	-	-	(2)	9	7
Total	<u>60.749</u>	<u>1.259</u>	<u>-</u>	<u>(1.817)</u>	<u>4</u>	<u>60.195</u>

(i) Refere-se a transferência do ativo imobilizado para melhor apresentação.

16.1. Alocação do Ágio às Unidades Geradoras de Caixa

O ágio e marcas foram alocados, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), identificadas de acordo com o segmento operacional, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012
Educação	54.205	54.205
Vertical de gestão	32.447	-
	<u>86.652</u>	<u>54.205</u>

Em 31 de dezembro de 2013, os ágios e marcas foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores.

A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado (rentabilidade futura), determinando às UGCs pela Sociedade, para avaliar a recuperação dos ágios, que correspondem a cada uma das unidades. O cálculo considera cinco anos de projeção de fluxo

explícito, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento de 5,14 % ao ano. A taxa média de desconto considerada para os testes de *impairment* foi de 15,60% a.a (Selic e inflação projetada).

16.2. Intangíveis identificados em aquisições

Parte dos ágios pagos na aquisição de controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2013				
	Carteira de clientes (i)		Ágio (ii)	Marca (ii)	
	Custo	Amortização cumulada	Custo	Custo	Total
IMEC (a)	2.368	(2.368)	29.825	24.380	54.205
BR Educação (b)	-	-	32.447	-	32.447
	<u>2.368</u>	<u>(2.368)</u>	<u>62.272</u>	<u>24.380</u>	<u>86.652</u>

	Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2012				
	Carteira de clientes (i)		Ágio (ii)	Marca (ii)	
	Custo	Amortização acumulada	Custo	Custo	Total
IMEC (a)	2.368	(2.368)	29.825	24.380	54.205
	<u>2.368</u>	<u>(2.368)</u>	<u>29.825</u>	<u>24.380</u>	<u>54.205</u>

(a) Refere-se à diferença entre o valor da consideração entregue da compra do Uni-BH (R\$61.376), o qual foi reduzido pelo ajuste dos títulos a pagar de longo prazo no montante de R\$3.366, e o montante líquido atribuído ao acervo contábil adquirido (R\$1.437), em decorrência da assunção da manutenção do Uni-BH conforme promessa de cessão de direitos firmado em fevereiro de 2009. Os valores foram apurados como segue:

- Carteira de clientes: obtidos mediante os saldos das projeções do Fluxo de Caixa Descontado, para triênio 2010 a 2012.
- Rentabilidade futura: obtidas mediante a relação estabelecida entre a média VF/alunos matriculados decorrentes das transações de empresas brasileiras de educação superior, multiplicada pela quantidade de alunos do Uni-BH na data da operação.
- Marcas: Para a avaliação do direito de uso da marca foi utilizada a abordagem da renda (“*Income approach*”) e do método dos royalties evitados (“*Relief from royalties*”), devido à possibilidade de se calcular o valor dos royalties que seriam pagos teoricamente em um aluguel dessa marca.

Foram apurados para o ágio referente a aquisição da controlada IMEC o ajuste a valor presente no valor de R\$3.366 reduzindo o valor do ágio registrado na rubrica “Investimentos” na controladora e na rubrica “Intangível no consolidado”.

(b) Ágio por expectativa de rentabilidade futura e mais valia da combinação de negócios gerados na aquisição da BR Educação, conforme nota explicativa de investimentos.

17. FORNECEDORES

Composto substancialmente por aluguéis, fornecedores de informática, serviços, materiais de consumo e obras de infraestrutura. Não havia saldo em aberto com partes relacionadas na controladora e consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
HSBC - Capital de giro	4.303	13.985	18.288	1.909	3.500	5.409
Santander - Capital de giro	2.083	30.059	32.142	-	-	-
Caixa Geral - Capital de giro	1.878	8.139	10.017	-	-	-
Outros empréstimos	34	-	34	33	19	52
Total	8.298	52.183	60.481	1.942	3.519	5.461

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Banco do Brasil - Capital de giro	2.738	27.381	30.119	1.357	418	1.775
HSBC - Capital de giro	12.673	43.723	56.396	8.134	25.967	34.101
Santander - Capital de giro	2.083	30.059	32.142	2.190	-	2.190
Itaú - Capital de giro	5.138	15.414	20.552	-	20.411	20.411
Caixa Geral - Capital de giro	1.878	8.139	10.017	-	-	-
Outros empréstimos	325	183	508	546	557	1.103
Total	24.835	124.899	149.734	12.227	47.353	59.580

As principais condições estabelecidas em contrato foram como segue:

	Controladora (BR GAAP)				
	Garantias	Taxa média de juros (anual)	Indexador	Data de início	Data de término
Capital de giro	40% dos recebíveis de alunos	2,00% a 2,20%	CDI (*)	22/10/2010	29/05/2023

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	Garantias	Taxa média de juros (anual)	Indexador	Data de início	Data de término
Capital de giro	20% a 40% dos recebíveis de alunos	1,80% a 2,80%	CDI (*)	22/10/2010	29/05/2023

(*) Variação do Certificado de Depósito Interbancário.

Os empréstimos e financiamentos referem-se, basicamente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Sociedade e de suas controladas. Em garantia foram oferecidas as mensalidades a receber e aval cruzado entre as empresas do grupo.

A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”), em 31 de dezembro de 2013, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Liquidez corrente (i)	$\geq 1,0$
Dívida financeira líquida/EBITDA (ii)	$\leq 2,5$ a $\leq 2,75$
EBITDA/Despesa financeira líquida (iii)	$\geq 1,3$

- (i) Liquidez corrente = Ativo circulante menos passivo circulante.
- (ii) Dívida financeira líquida = Somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalente de caixa.
- (iii) EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade atendeu todas as cláusulas restritivas mencionadas acima. Em 31 de dezembro de 2012 não haviam empréstimos e financiamentos vinculados a *covenants*.

Os montantes registrados no passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	Cronograma de pagamento	31/12/2013	Cronograma de pagamento
2015	10.379	13.843	30.034	40.708
2016	10.379	13.448	30.023	38.079
2017	10.379	13.063	30.002	35.422
Após 2017	21.046	40.420	34.840	55.510
Total	<u>52.183</u>	<u>80.774</u>	<u>124.899</u>	<u>169.719</u>

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	Cronograma de pagamento	31/12/2012	Cronograma de pagamento
2014	1.918	1.957	16.230	16.647
2015	1.599	1.667	13.646	14.364
2016	2	3	9.024	9.772
Após 2016	-	-	8.453	9.375
Total	<u>3.519</u>	<u>3.627</u>	<u>47.353</u>	<u>50.158</u>

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALÁRIOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Salários	1.133	693	8.746	6.957
Provisão de férias	1.876	1.228	12.150	8.190
INSS	362	198	3.814	2.696
FGTS	114	84	1.185	1.117
Outros	739	3	1.461	56
Total	4.224	2.206	27.356	19.016

As despesas de salários e encargos estão registradas no resultado do período nas rubricas “custo dos serviços prestados” e “despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
IRRF	466	394	3.453	2.602
ISS	25	70	1.099	909
PIS e COFINS	74	105	497	315
Outros	6	31	270	192
Total	571	600	5.319	4.018

21. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012
Faturamento antecipado de clientes (a)	2.771	-
Adiantamentos de alunos (b)	10.725	9.423
Projetos de Pesquisa (c)	4.200	564
Assinantes para entrega futura (d)	1.532	-
Receitas de publicidade	480	-
Outros	282	-
Total	19.990	9.987
(-) Passivo Circulante	(19.915)	(9.987)
Passivo Não circulante	75	-

(a) Referem-se a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

(b) Referem-se a matrículas e mensalidades de calouros e veteranos recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito Pravaler, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Ideal Invest S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do

crédito é renovado semestralmente entre a Ideal Invest S.A. e o aluno, este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravaler. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravaler faz o repasse antecipado de 90% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas MGE, IMEC e Unimonte, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.

Os recebimentos por conta de matrículas e/ou mensalidades do ano ou semestre letivo são apropriados à receita na medida em que os serviços são prestados.

- (c) Referem-se a adiantamentos para projetos de pesquisas realizados na MGE, Unimonte e IMEC, possuindo a seguinte composição:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012
FAPEMIG	3.109	273
EMBAIXADA BRITÂNICA	328	-
CEMIG	620	180
SETTAPORT	50	50
PETROCOQUE	91	61
DIREITOS HUMANOS	<u>2</u>	<u>-</u>
	<u><u>4.200</u></u>	<u><u>564</u></u>

Estes adiantamentos referem-se a recursos provenientes de convênios firmados com empresas governamentais para cobertura dos custos na execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e capacitação científica e tecnológica. Esses adiantamentos são reconhecidos à medida que esses projetos são incorridos.

- (d) Refere-se à venda de assinaturas anuais de revistas, jornais e outras publicações para entrega futura. Como os itens envolvidos possuem valores semelhantes ao longo do tempo, as receitas são reconhecidas linearmente ao longo do período em que os itens são despachados ao destinatário nas datas pré-estabelecidas.

22. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012
REFIS IV - INSS (a)	2.521	3.581
REFIS IV - IRRF (a)	-	8.978
IES - INSS (b)	4.525	4.194
IES - SRF (b)	18.852	17.825
FGTS (c)	3.772	3.999
IRRF (d)	-	2.947
ISS	187	254
Total	<u>29.857</u>	<u>41.778</u>
 (-) Passivo circulante	 (1.647)	 (3.076)
Passivo não circulante	28.210	38.702

- (a) REFIS IV- instituído pela Lei nº 11.941/09 e englobou o parcelamento de débitos de INSS e IRRF, atualizados pela SELIC, os quais serão pagos em até 180 meses.

A Administração da Sociedade, considerando o plano de negócios da controlada UNA para os exercícios seguintes, considera não haver problemas futuros quanto à liquidação das obrigações assumidas no REFIS, nos termos da legislação em vigor. As garantias prestadas consideram os imóveis da controlada. As situações de inadimplemento ensejariam no retorno original das dívidas em suas respectivas modalidades e condições. Em 16 de dezembro de 2013 a UNA liquidou antecipadamente o REFIS referente ao IRRF com benefícios dos descontos previstos em lei.

- (b) Parcelamento IES - A Lei nº 10.260/01, alterada pela Lei 11.552/07, instituiu o parcelamento IES para as mantenedoras de instituições de ensino superior que aderissem ao PROUNI, relativos aos tributos administrados pela RFB, com vencimentos até 31 de dezembro de 2006, atualizado pela SELIC. A controlada UNIMONTE aderiu a esse parcelamento.

Até a data de 31 de dezembro de 2013, o processo de consolidação ainda está em andamento. A controlada vem amortizando os valores pré-definidos pela Receita Federal.

- (c) Parcelamento FGTS - Em 31 de dezembro de 2005, a controlada Unimonte negociou débitos atrasados de FGTS, com prazo de 130 meses, a serem pagos em parcelas mensais e consecutivas atualizadas com base na Taxa Referencial - TR, acrescida do percentual de 3% ao ano.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2009, a controlada IMEC assumiu a dívida de parcelamento do FGTS da antiga mantenedora do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH, a Fundação Cultural de Belo Horizonte, junto à Caixa Econômica Federal. O valor da dívida foi renegociado com prazo de 180 meses, cujo saldo é mensalmente atualizado pela taxa de juros remuneratórios de 3% ao ano + TR. Obedecendo às regras deste parcelamento, as importâncias pagas relativas a empregados que tenham rescindido ou extinto seu contrato de trabalho são consideradas como recolhimentos antecipados e totalmente deduzidas das parcelas imediatamente seguintes à última parcela liquidada no cronograma.

- (d) IRRF - A controlada IMEC assumiu, em 31 de dezembro de 2009, a dívida de parcelamento do IRRF (REFIS IV) da antiga mantenedora do Centro Universitário de Belo Horizonte - Uni-BH, a Fundação Cultural de Belo Horizonte. A liquidação integral da dívida ocorreu em 20 de maio de 2013.

O cronograma de pagamento do montante registrado no passivo não circulante é como segue:

	<u>Cronograma de pagamento</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	-	7.181
2015	8.913	6.459
2016	7.826	6.151
Após 2016	11.471	18.911
Total	<u>28.210</u>	<u>38.702</u>

23. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora (BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012
Obrigações por compra de investimento (a)	42.024	-
Instrumento financeiro - Opção de venda (a)	1.500	-
Aquisição de ações da MGE (c)	2.990	13.000
Aquisição BR Educação (e)	10.698	-
(-) Ajuste a valor presente (f)	(95)	(551)
Total	<u>57.117</u>	<u>12.449</u>
 (-) Passivo circulante	(8.244)	(9.746)
Passivo não circulante	48.873	2.703
 Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2013	31/12/2012
Obrigações por compra de investimento (a)	42.024	-
Instrumento financeiro - Opção de venda (a)	1.500	-
Imóveis (b)	-	21.955
Aquisição de ações da BR Educação (e)	10.698	-
Aquisição de ações da MGE (c)	2.990	13.000
Aquisição de ações da UNIPAC Betim (d)	1.278	-
Outros	275	-
(-) Ajuste a valor presente (f)	(95)	(7.623)
Total	<u>58.670</u>	<u>27.332</u>
 (-) Passivo circulante	(9.614)	(12.407)
Passivo não circulante	49.056	14.925

- (a) Detalhes da transação foram descritos na nota explicativa nº 14.
- (b) Referem-se aos valores a pagar relativos à compra de imóveis na cidade de Santos, efetuados pela anteriormente controlada RNE. Os imóveis foram adquiridos em julho de 2006, pelo valor de R\$30.000, a serem pagos em 16 anos, corrigidos a cada 36 parcelas pelo índice de variação do INPC, que não prevê a incidência de juros. Referida controlada foi objeto de reestruturação societária em maio de 2013, conforme detalhado na nota explicativa nº 7.
- (c) Referem-se à aquisição de 775.072 ações da controlada MGE, sendo que R\$5.000 foram pagos em 20 de junho de 2013, sem qualquer correção, R\$5.000 foram pagos em 20 de dezembro de 2013, corrigidos pelo IGP-M/FGV, e R\$3.000 serão pagos até 20 de junho de 2014, livres de qualquer correção.
- (d) Referem-se à aquisição da Mantença da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Betim (UNIPAC Betim). Esta mantença foi adquirida em 06 de fevereiro de 2013 pelo valor de R\$4.190, sendo que R\$2.190 serão pagos até 15/02/2015 em 24 parcelas mensais corrigidas pelo IGP-M/FGV.
- (e) Referem-se à aquisição das ações da BR Educação, sendo que R\$5.000 serão pagos em fevereiro de 2014 e R\$5.000 serão pagos em fevereiro de 2015. Os valores mencionados serão corrigidos monetariamente a partir da data do fechamento até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação do CDI durante o período.

- (f) O cálculo do valor presente foi efetuado para os compromissos a pagar de longo prazo com o propósito de reconhecimento inicial e com base em cada transação e com uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A diferença entre o valor presente e o valor nominal a pagar da transação é considerada despesa financeira e está sendo apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O saldo em dezembro de 2012 referia-se aos imóveis descritos na nota (b) acima.

Os valores a pagar no longo prazo estão assim distribuídos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	2.703	-	4.092
2015	5.349	-	5.532	2.337
2016	-	-		6.310
De 2017 a 2022	-	-		2.186
Após 2022	43.524	-	43.524	-
Total	<u>48.873</u>	<u>2.703</u>	<u>49.056</u>	<u>14.925</u>

Os títulos a pagar decorrentes da opção de venda e da compra da participação na BR Educação foram incluídos no quadro de pagamento da dívida de longo prazo, sendo que a opção poderá ser exercida até 2.028, conforme descrito na nota de investimentos.

23.1. Vencimentos de longo prazo

Os valores com vencimento a longo prazo para os compromissos consolidados bem como a realização do ajuste a valor presente serão exigidos nos seguintes anos-calendário:

Anos	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2013		
	Títulos a pagar	Ajuste a valor presente	Valor líquido
2015 - 2022	5.627	(95)	5.532
Outros	43.524	-	43.524
Total	<u>49.151</u>	<u>(95)</u>	<u>49.056</u>

Anos	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012		
	Títulos a pagar	Ajuste a valor presente	Valor líquido
2014	5.773	(1.681)	4.092
2015 - 2022	16.775	(5.942)	10.833
Total	<u>22.548</u>	<u>(7.623)</u>	<u>14.925</u>

24. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Sociedade e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis.

A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para riscos, incluindo principal e encargos. Esta provisão é considerada pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas.

	Depósitos judiciais			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisões trabalhistas (a)	30	18	5.578	5.356
Provisões tributárias (b)	-	-	707	671
Provisões cíveis (c)	-	-	7.051	4.807
Total	<u>30</u>	<u>18</u>	<u>13.336</u>	<u>10.834</u>

	Provisão para riscos			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisões trabalhistas (a)	1.925	1.541	40.635	36.775
Provisões tributárias (b)	1.439	1.151	9.167	7.429
Provisões cíveis (c)	-	-	3.848	6.058
Total	<u>3.364</u>	<u>2.692</u>	<u>53.650</u>	<u>50.262</u>

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	31/12/2012	Adições	Pagamentos	Atualização	31/12/2013
Trabalhista (a)	1.541	274	(25)	135	1.925
Tributária (b)	1.151	173	-	115	1.439
Total	<u>2.692</u>	<u>447</u>	<u>(25)</u>	<u>250</u>	<u>3.364</u>
	31/12/2011	Adições	Pagamentos	Atualização	31/12/2012
Trabalhista (a)	1.175	286	(46)	126	1.541
Tributária (b)	892	252	-	7	1.151
Total	<u>2.067</u>	<u>538</u>	<u>(46)</u>	<u>133</u>	<u>2.692</u>

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2012	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	Acervo Líquido (*)	31/12/2013
Trabalhistas (a)	36.775	12.042	(3.451)	(6.950)	2.205	14	40.635
Tributárias (b)	7.429	1.152	(83)	-	701	(32)	9.167
Cíveis (c)	6.058	2.171	(1.910)	(2.471)	-	-	3.848
Total	<u>50.262</u>	<u>15.365</u>	<u>(5.444)</u>	<u>(9.421)</u>	<u>2.906</u>	<u>(18)</u>	<u>53.650</u>

(*) Refere-se à provisão da RNE, empresa que saiu do quadro societário da GAEC.

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2012</u>
Trabalhistas (a)	25.437	12.520	(2.622)	(963)	2.403	36.775
Tributárias (b)	5.086	2.075	(100)	-	368	7.429
Cíveis (c)	4.099	4.020	(541)	(1.520)	-	6.058
Total	<u>34.622</u>	<u>18.615</u>	<u>(3.263)</u>	<u>(2.483)</u>	<u>2.771</u>	<u>50.262</u>

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamatórias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, de horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se principalmente aos riscos de lides com o fisco referente à discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial.
- (c) As provisões cíveis referem-se principalmente a:
- (i) Ações movidas por ex-alunos de mestrado da controlada Unimonte no valor de R\$2.381 (R\$3.073 em 31 de dezembro de 2012), pleiteando indenização em função da indefinição ocorrida em anos anteriores com referência ao reconhecimento dos cursos ministrados pela Sociedade pelo Ministério da Educação (“MEC”). Em 2008, o MEC efetuou o reconhecimento de tais cursos, mas a Unimonte não podia mais demonstrar tempestivamente esse fato em parte dessas ações por conta da adiantada fase processual em que se encontravam, maximizando o risco de perda.
 - (ii) Processos de natureza cível, de naturezas diversas, tais como discordância de alunos e ex-alunos quanto a cláusulas do contrato de ensino, cobrança / restituição de matrícula, cláusula indenizatória e danos morais, para os quais a Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso no valor de, aproximadamente, R\$1.274. (R\$1.630 em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são partes em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, por entenderem que os riscos de perda são possíveis, conforme abaixo:

	<u>Consolidado</u> <u>(IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Trabalhistas	2.768	3.215
Tributária	32.637	11.710
Cíveis	12.331	15.789
Total	<u>47.736</u>	<u>30.714</u>

Os processos trabalhistas cujo risco de perda é possível referem-se, principalmente, a questionamentos de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços, de horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício.

Os processos tributários cujo risco de perda é possível referem-se a ações relacionadas à cobrança de contribuições tributárias no período em que a controlada Unimonte era uma empresa sem fins lucrativos e usufruía de imunidade tributária. Os assessores jurídicos da Unimonte entendem que o risco de perda para essas cobranças é possível.

Os processos cíveis cujo risco de perda é possível referem-se principalmente a:

- Ações movidas por ex-alunos de mestrado da controlada Unimonte, pleiteando indenização em função da indefinição ocorrida em anos anteriores com referência ao reconhecimento dos cursos ministrados pela Unimonte pelo Ministério da Educação (“MEC”) no valor de R\$1.025 (R\$2.889 em 31 de dezembro de 2012). Em 2008, o MEC efetuou o reconhecimento de tais cursos, e a Sociedade demonstrou, tempestivamente, esse fato em parte dessas ações, minimizando o risco de perda nas mesmas.
- Ações movidas por ex-alunos de graduação de educação física no valor de R\$1.309 (R\$1.309 em 31 de dezembro de 2012) em função dos impactos que estes sofreram com o encerramento do curso por parte da controlada Unimonte. Os assessores jurídicos da Unimonte entendem que o risco de perda é possível devido a ela ter prestado aos ex-alunos a assistência necessária quando da transferência destes para outra instituição de ensino.
- Processos de naturezas diversas no valor de R\$7.945 (R\$4.156 em 31 de dezembro de 2012), relacionados com a discordância de alunos e ex-alunos quanto a cláusulas do contrato de ensino, cobrança / restituição de matrícula e cláusula indenizatória.
- A controlada HSM do Brasil SA discute ações substancialmente representadas pelo valor de R\$545 referente ao pedido de esclarecimentos a respeito de comercialização de banco de dados pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, que está em tramitação desde novembro de 2002, e no momento está aguardando arquivamento dos autos por prescrição intercorrente. Conforme relatório dos assessores jurídicos, o prognóstico de perda é considerado possível e, por esse motivo, não foram constituídas provisões.

Os assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante.

Os depósitos judiciais, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

A movimentação dos depósitos judiciais da controladora foi como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>31/12/2013</u>
Cíveis	18	15	(6)	3	-	30
Total	18	15	(6)	3	-	30

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>31/12/2012</u>
Cíveis	<u>13</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>18</u>
Total	<u><u>13</u></u>	<u><u>4</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>1</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>18</u></u>

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2013</u>
Trabalhistas	<u>5.356</u>	<u>1.466</u>	<u>(1.118)</u>	<u>-</u>	<u>(126)</u>	<u>5.578</u>
Tributárias	<u>671</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36</u>	<u>-</u>	<u>707</u>
Cíveis	<u>4.807</u>	<u>4.601</u>	<u>(2.390)</u>	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>7.051</u>
Total	<u><u>10.834</u></u>	<u><u>6.067</u></u>	<u><u>(3.508)</u></u>	<u><u>69</u></u>	<u><u>(126)</u></u>	<u><u>13.336</u></u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2012</u>
Trabalhistas	<u>3.728</u>	<u>1.584</u>	<u>(39)</u>	<u>83</u>	<u>5.356</u>
Tributárias	<u>638</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>671</u>
Cíveis	<u>3.355</u>	<u>1.937</u>	<u>(959)</u>	<u>474</u>	<u>4.807</u>
Total	<u><u>7.721</u></u>	<u><u>3.521</u></u>	<u><u>(998)</u></u>	<u><u>590</u></u>	<u><u>10.834</u></u>

25. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, é composto por 82.866.371 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$496.411 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 composto por 1.710.669 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$89.789). A composição acionária da Sociedade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2013	31/12/2012
BR Educacional Fundo de Investimento em Participações	14.057.431	488.239
Daniel Faccini Castanho	12.628.789	410.352
Marcelo Battistella Bueno	8.058.889	262.070
Rômulo Faccini Castanho	5.563.392	175.865
Maurício Nogueira Escobar	3.159.595	91.699
Ignácio Dauden Martinez	1.847.435	58.065
Atila Simões da Cunha	1.765.822	50.878
Flávio Korn	1.539.586	48.330
Gabriel Ralston Correia Ribeiro	1.399.675	24.836
Ricardo Cançado Gonçalves de Souza	1.096.759	18.948
Leonardo Barros Haddad	797.000	24.450
Rodrigo Rossetto Dias Ramos	779.493	23.248
Fabrício Ghinato Manieri	510.268	12.565
Rivadávia Correa Drummond de Alvarenga Neto	485.146	2.549
Ryon Cássio Braga	359.040	-
Luiz Antônio Beldi Castanho	23.816	-
Eduardo Shimahara	-	1.015
Total de ações grupo de controle	<u>54.072.136</u>	<u>1.693.109</u>
Colaboradores	1.579.322	-
Mercado	<u>27.214.913</u>	-
Total de ações em circulação	<u>28.794.235</u>	-
Ações em tesouraria	-	17.560
Total geral de ações	<u>82.866.371</u>	<u>1.710.669</u>

Em 23 de março de 2.013, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Sociedade aprovaram o aumento de capital da sociedade em R\$28.092 o qual foi integralizado somente pela acionista BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, emitindo 49.279 novas ações ordinárias ao preço de R\$570,06 por ação, fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, I, da lei das sociedades por ações. Desta forma, o capital social passou para R\$117.781, dividido em 1.759.948 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 28 de maio de 2013, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de R\$47.490 sem o cancelamento de ações, a qual foi liquidada através da entrega de ações da RNE e de créditos que a Sociedade possuía frente a controlada MGE, após compensados adiantamentos realizados em 2012 no montante de R\$13.157. Assim, o capital social passou para R\$70.391, dividido em 1.759.948 ações ordinárias e sem valor nominal.

A Sociedade também registrou na conta de lucros e prejuízos acumulados os valores de R\$7.660 a crédito e R\$229 a débito, decorrentes da realização de lucro anteriormente não realizado, gerado na venda do Jockey Clube da Unimonte para a RNE ocorrido em 2011 quando a RNE pertencia ao mesmo grupo econômico da Unimonte, gerando a eliminação do resultado à época.

Em 20 de setembro de 2013 foi aprovada através de Assembleia Geral Extraordinária o desdobramento de todas as ações ordinárias de emissão da Sociedade na proporção de 34 ações ordinárias para cada ação ordinária existente (razão de 1:34), sem modificação do capital social, como a finalidade de reduzir o preço unitário das ações de emissão da Sociedade. Assim, o capital social continua em R\$70.391, dividido em 59.838.232 ações ordinárias e sem valor nominal.

Investidores pessoas físicas que são colaboradores da Sociedade registrados até 30 de junho de 2013, puderam utilizar-se de determinadas condições especiais para subscrição/aquisição de ações emitidas pela Sociedade destinadas exclusivamente aos colaboradores por meio de um plano de incentivo, que consiste em bonificar o colaborador mediante recebimento de ações adicionais no montante de 20% do saldo de ações adquiridas e mantidas pelo prazo de 180 dias, limitados a dois salários-base do respectivo colaborador a serem pagos em ações que serão adquiridas pela Sociedade ou indenizadas aos colaboradores em dinheiro caso não seja obtida autorização necessária para a recompra de ações.

Em 24 de outubro de 2013, conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade no montante de R\$390.182 mediante a emissão de 21.090.909 ações, objeto da oferta, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Sociedade na subscrição das ações. Assim, o capital social passou para R\$460.572, dividido em 80.929.141 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 26 de novembro de 2013, conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade em R\$35.839 mediante a emissão de 1.937.230 ações ordinárias, nominativas e escriturais a serem distribuídas no âmbito da oferta pública e com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Sociedade na subscrição das ações. Desta forma, o capital social da Sociedade passou a ser de R\$496.411, dividido em 82.866.371 ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reservas de capital

Em 23 de agosto de 2013, a Sociedade alienou ações em tesouraria, conforme descrito no item (c) abaixo, em valor inferior ao custo de aquisição, o que gerou um efeito de R\$1.539 nas reservas de capital.

Em 24 de setembro de 2013, mediante projeto denominado Dádiva, os Acionistas Daniel Faccini Castanho e Marcelo Battistella Bueno, doaram e/ou venderam a preços históricos 1.579.322 ações de seu patrimônio particular diretamente aos 2.203 colaboradores e professores, para que os mesmos pudessem se tornar sócios da Sociedade. Tais transferências se deram por ato de exclusiva liberalidade dos acionistas Daniel Faccini Castanho e Marcelo Battistella Bueno, que celebraram tais negócios jurídicos diretamente com os adquirentes ou donatários, não se tratando, portanto de programa de benefícios ou ato da Sociedade. Na contabilidade fiscal da Sociedade, tal natureza jurídica foi observada conforme o regime RTT (regime tributário de transição), promovida para fins de cumprimento da legislação tributária brasileira.

Conforme previsto no §5º do art. 177 da Lei de S.A. relativo a utilização das normas contábeis, o valor de mercado de tais ações doadas e/ou alienadas pelos referidos acionistas foi considerado como reserva de capital e a entrega das ações foi considerada como parte integrante das despesas da Companhia. O efeito prático desta movimentação contábil foi um aumento na conta de reserva de capital no valor de R\$28.328 e como contrapartida lançamentos de despesa operacional, não recorrentes e sem efeito em caixa. Com isto, reconhecemos o efeito da despesa operacional, sem, no entanto, impactar nem o caixa, nem o patrimônio líquido da Sociedade.

Em 28 de outubro de 2013 a sociedade iniciou a sua participação no mercado de ações, pela BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo. Para o aumento de capital da Sociedade por meio de emissão de ações foram gastos até 31 de dezembro de 2013 o valor de

R\$28.052 como custo de captação na emissão de títulos patrimoniais, anteriormente registrados na rubrica de “Despesas antecipadas”

O saldo de reserva de remuneração baseada em ações em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 40. O mesmo valor encontra-se registrado na rubrica de “Despesas com pessoal”.

(c) Ações em tesouraria

Ao longo de 2012 e 2013 foram realizadas compras de ações de diversos sócios totalizando 5.886 ações ordinárias e ainda a dação de 1.015 ações ordinárias em liquidação de mutuo com os acionistas, no montante total de R\$1.281, a um custo médio unitário de R\$185,65. Assim, as ações em tesouraria chegaram ao montante de R\$5.103, dividido em 24.461 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 23 de agosto de 2013, a Sociedade alienou todas as 24.461 ações ordinárias mantidas em tesouraria, pelo valor total de R\$244,61, equivalente a R\$0,01 por ação, da seguinte forma: 13.901 ações ordinárias para o acionista Ricardo Cançado Gonçalves de Souza e 10.560 ações ordinárias ao acionista Ryon Cássio Braga, que passou a integrar o quadro acionário da Sociedade. O efeito de tal alienação está descrito no item (b) acima e na nota 29 (b), respectivamente relativos ao efeito no patrimônio líquido e efeito no resultado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade não possui ações em tesouraria.

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Efeito em transações de capital

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

(e) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade possui R\$ 1.919 registrado na rubrica “Reserva legal”.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação. No exercício

fundo em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade apresenta o valor de R\$ 40.604 na rubrica “Reserva de retenção de lucros”.

(f) Dividendos

Conforme o Estatuto Social da Sociedade é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, diminuídos da reserva legal. No exercício fundo em 31 de dezembro de 2013, a título de dividendos mínimos obrigatórios a Sociedade registrou o montante de R\$9.116.

(g) Lucro por ação

Lucro básico por ação:

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Sociedade deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Sociedade e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes no fim do exercício, excluindo as ações adquiridas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

Mediante aumento de capital ocorrido durante o exercício de 2013 (aumento de capital no montante de R\$454.113, correspondente a 72.307 ações ordinárias), a recompra de ações ocorrida de abril a junho de 2013 (montante de R\$1.281 que corresponde a 3.061 ações) e houve uma variação na média ponderada da quantidade de ações em circulação, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação efetuada como segue:

Quantidade ponderada de ações ordinárias para o exercício fundo em 31/12/2013

01/01/2013 a 31/12/2013 1.693.109 x 12/12	23/03/2013 a 31/12/2013 49.279 x 9,4/12	15/04/2013 a 31/12/2013 3.061 x 8,7/12
15/05/2013 a 31/12/2013 1.920 x 7,7/12	15/06/2013 a 31/12/2013 1.920 x 6,6/12	19/07/2013 a 31/12/2013 24.461 x 5,5/12
24/10/2013 a 31/12/2013 21.091 x 2,3/12	26/11/2013 a 31/12/2013 1.937 x 1,2/12	Média ponderada 1.742.187

Quantidade ponderada de ações ordinárias para o exercício fundo em 31/12/2012

01/01/2012 a 31/12/2012 1.222.430 x 12/12	01/04/2012 a 31/12/2012 451.242 x 9,1/12	09/07/2012 a 31/12/2012 36.997 x 5,8/12
10/10/2012 a 31/12/2012 17.560 x 2,7/12	Média ponderada 1.574.970	

	Controladora		Consolidado	
	BR GAAP		BR GAAP	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	38.360	23.503	34.020	23.503
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.742	1.575	1.742	1.575
Efeito decorrente de "split" das ações (*)	56.694	47.784	56.694	47.784
Total de média ponderada após considerar "Split" das ações	58.436	49.359	58.436	49.359
Lucro básico por ação ordinária	0,66	0,48	0,58	0,47

(*) Refere-se ao desmembramento das ações da Sociedade conforme o CPC 41 parágrafo 64 que requer a divulgação do lucro por ação já considerando o novo número de ações.

Lucro diluído por ação:

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Sociedade tem apenas instrumento com efeito diluidor, sendo ele o direito que a RBS possui de realizar a troca de ações das empresas HSM por ações da GAEC. Para essas opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o valor justo da Sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculada conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora		Consolidado	
	BR GAAP		BR GAAP	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	38.360	23.503	34.020	23.503
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	38.360	23.503	34.020	23.503
Quantidade média ponderada de ações emitidas	1.742	1.575	1.742	1.575
Efeito decorrente de "split" das ações (*)	56.694	47.784	56.694	47.784
Total de média ponderada após considerar "Split" das ações	58.436	49.359	58.436	49.359
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído (i) / (ii)	66	-	66	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	58.436	49.359	58.502	49.359
Lucro diluído por ação	0,66	0,48	0,58	0,48

(i) Refere-se ao efeito dilutivo potencial das ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Não existe efeito potencialmente dilutivo das ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não ocorreram alterações relevantes nos cenários que afetassem o valor justo da Sociedade e de suas controladas. Porém, o efeito antidilutivo pode variar no futuro em função de alterações no valor justo das Sociedades.

26. PARTICIPAÇÕES NÃO CONTROLADORAS

Consolidado
(IFRS e BR GAAP)
31/12/2013

Saldo Inicial	-
Participações não controladoras adicionais decorrentes da aquisição da BR Educação e suas controladas	33.754
Obrigações a pagar decorrentes da aquisição da BR Educação	(*) (40.000)
Saldo final	(6.246)

(*) Refere-se à restruturação societária mencionada na nota explicativa nº 14. Conforme IAS 32: “Um contrato que prevê a obrigação de uma entidade de comprar seus próprios instrumentos patrimoniais em troca de dinheiro ou outro ativo financeiro dá origem a um passivo financeiro pelo valor presente da quantia (por exemplo, para o valor presente do preço de recompra para a frente, a opção preço de exercício ou outra quantia). Este é o caso, pois o próprio contrato é um instrumento patrimonial. Um exemplo é a obrigação de uma entidade segundo um contrato *forward* para comprar os seus próprios instrumentos de capital em dinheiro. O passivo financeiro é reconhecido inicialmente pelo valor presente do valor de resgate, e é reclassificado do patrimônio líquido. Posteriormente, o passivo financeiro é mensurado de acordo com o IAS 39. Se o contrato expirar sem entrega, o valor contábil do passivo financeiro é reclassificado para o patrimônio líquido. A obrigação contratual de uma entidade de comprar seus próprios instrumentos de capital próprio dá origem a um passivo financeiro pelo valor presente da quantia de remição mesmo que a obrigação de compra seja condicionada à contraparte exercer o direito de remir (por exemplo, uma opção de compra subscrita que proporcione à contraparte o direito de vender os instrumentos de capital próprio de uma entidade à entidade por um preço fixo).”

27. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI

O Programa tem como foco a concessão de bolsas de estudos a estudantes, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até três salários-mínimos, de cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Assim, mediante a assinatura do termo de adesão e em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas MGE, IMEC e Unimonte passaram a oferecer bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do imposto de renda, contribuição social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da Lei nº. 11.096/2005, citada acima. Esta isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação. Esta isenção é renovada semestralmente através da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.

O número de bolsas oferecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 está de acordo com as regras do PROUNI relacionadas ao mínimo de alunos por vaga, conforme determinado pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os valores de descontos do PROUNI registrados na rubrica “Descontos em mensalidades” foram de R\$40.742 e R\$30.215, respectivamente.

28. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita bruta de serviços prestados	2.437	16.085	399.410	318.070
Receita FIES (líquida dos descontos)	-	-	179.676	89.762
Descontos em mensalidades	-	-	(105.133)	(76.191)
Impostos sobre faturamento (a)	(177)	(2.193)	(12.661)	(7.952)
Receita líquida	<u>2.260</u>	<u>13.892</u>	<u>461.292</u>	<u>323.689</u>

(a) Refere-se aos impostos Pis, Cofins, ISS e INSS incidentes sobre faturamento.

Os descontos em mensalidade são compostos principalmente por descontos concedidos pelas controladas MGE, IMEC e Unimonte, conforme abaixo demostrado:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012
Gratuidade PROUNI	40.742	30.215
Concedidos pela instituição	28.242	24.176
Programa Educa+	5.995	441
Pós-graduação	6.192	4.947
Convênios com empresas	5.962	5.370
Bolsa de estudos	1.820	1.398
Devoluções e abatimentos	6.447	2.584
Outros	9.733	7.060
Total	<u>105.133</u>	<u>76.191</u>

29. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRSeBRGAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Propaganda e publicidade	(77)	(23)	(13.684)	(7.816)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 8)	-	-	(13.778)	(17.086)
Impostos e taxas	(93)	(74)	(2.217)	(1.165)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 24)	(697)	(670)	(13.456)	(18.123)
Outras receitas operacionais	6091	230	8.730	3.180
Receitas com aluguel de salas e lojas	-	-	3.949	4.308
Venda de ativo imobilizado	-	-	-	43
Perda com investimento	-	(1.743)	-	(1.743)
Despesas com pessoal	(2.902)	(10.545)	(226.443)	(165.625)
Ações concedidas por sócios	(9.587)	-	(29.177)	-
Bônus	(6.642)	-	(6.642)	-
Despesas com serviços de terceiros	(28)	(2.743)	(32.692)	(19.723)
Despesas com aluguel e ocupação	(12)	(764)	(41.776)	(28.929)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 15)	(366)	(219)	(9.472)	(7.422)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 16)	(553)	(1.181)	(3.040)	(1.817)
Manutenção	(108)	(669)	(4.420)	(3.932)
Deslocamentos	(244)	(1.126)	(2.678)	(2.078)
Outras despesas	(234)	23	(34.595)	(20.922)
Total	<u>(15.452)</u>	<u>(19.504)</u>	<u>(421.391)</u>	<u>(288.850)</u>
Classificadas como:				
Custo	(3.861)	(14.661)	(255.899)	(188.966)
Despesas comerciais	(77)	(23)	(27.462)	(24.902)
Despesas gerais e administrativas	(16.815)	(2.563)	(135.036)	(61.482)
Outras (despesas) receitas operacionais	5.301	(2.257)	(2.994)	(13.500)

O montante registrado em serviços de terceiros refere-se substancialmente a: consultoria, tecnologia da informação, segurança patrimonial e mão de obra terceirizada.

O montante registrado em despesas com pessoal inclui salários e encargos previdenciários.

Os valores de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, conforme apresentado na Demonstração do Valor Adicionado, estão acima apresentados nas contas: serviços de terceiros, manutenção, deslocamentos e outras.

- (a) Conforme descrito na nota explicativa 25(b) e na nota explicativa 37(h), a sociedade realizou a contabilização de ações doadas e/ou vendidas a preços históricos diretamente de sócios para funcionários com o intuito de atender as normas contábeis. Tais valores não geraram e não gerarão efeitos no caixa da sociedade e não serão recorrentes.
- (b) Conforme descrito na nota explicativa 25(c) e na nota explicativa 37(h) a sociedade alienou parte das ações que estavam em tesouraria para o novo sócio Ryon Cassio Braga e, para atender às normas contábeis, registrou despesa no valor de R\$ 6.642 referente ao valor de mercado de tais ações consideradas ao preço da oferta inicial de ações da sociedade. Tal valor não gerou desembolso ao caixa da sociedade e não será recorrente.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

De acordo com a IFRS 8 e CPC 22, a Sociedade, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. A Sociedade analisa e avalia os segmentos operacionais até a linha de lucro bruto, onde é possível analisar a contribuição de cada segmento de maneira direta e suficiente para a tomada de decisão. A alocação de ativos e despesas através de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Sociedade, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e por esse motivo é desconsiderada. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

A Administração da Sociedade optou por organizar o Grupo com base nos dois diferentes segmentos de serviços prestados como segue:

- (a) Ensino Superior - Atividade atrelada às empresas MGE, IMEC, UNA e Unimonte, que atuam na prestação de serviços educacionais ofertando cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão.
- (b) Vertical de Gestão - Atividade desenvolvida pelas controladas HSM do Brasil e HSM Educação focadas no desenvolvimento de líderes empresariais e de empresas através de congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in-company* e publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios.

	31/12/2013			
	Ensino Superior	Vertical Gestão	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	417.748	43.537	7	461.292
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(230.096)	(25.803)	-	(255.899)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	<u>187.652</u>	<u>17.734</u>	<u>7</u>	<u>205.393</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(22.293)	(5.092)	-	(27.385)
Gerais e administrativas	(63.142)	(19.515)	(249)	(82.906)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
Corporativo	-	-	(47.976)	(47.976)
Outras (despesas) receitas operacionais	(6.372)	(582)	(262)	(7.216)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>95.845</u>	<u>(7.455)</u>	<u>(48.480)</u>	<u>39.910</u>
Resultado financeiro	(2.905)	(1.063)	(1.156)	(5.124)
Resultado financeiro corporativo	-	-	(2.859)	(2.859)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	<u>92.940</u>	<u>(8.518)</u>	<u>(52.495)</u>	<u>31.927</u>
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	2.029	62	2	2.093
LUCRO OU PREJUÍZO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	<u>94.969</u>	<u>(8.456)</u>	<u>(52.493)</u>	<u>34.020</u>
Participação dos acionistas não controladores	-	4.340	-	4.340
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>94.969</u>	<u>(4.116)</u>	<u>(52.493)</u>	<u>38.360</u>

	31/12/2012		
	Ensino Superior	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	323.667	22	323.689
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(188.966)	-	(188.966)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	<u>134.701</u>	<u>22</u>	<u>134.723</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Comerciais	(24.876)	(3)	(24.879)
Gerais e administrativas	(33.968)	(984)	(34.952)
Corporativo	-	(28.686)	(28.686)
Outras (despesas) receitas operacionais	(10.902)	(465)	(11.367)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>64.955</u>	<u>(30.116)</u>	<u>34.839</u>
Resultado financeiro	(9.445)	(2.518)	(11.963)
Resultado financeiro corporativo	-	481	481
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	<u>55.510</u>	<u>(32.153)</u>	<u>23.357</u>
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	139	7	146
LUCRO OU PREJUÍZO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	<u>55.649</u>	<u>(32.146)</u>	<u>23.503</u>
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>55.649</u>	<u>(32.146)</u>	<u>23.503</u>

(*) A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do grupo, realizadas pela GAEC.

31. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras:				
Receita com juros de mensalidades	-	-	5.230	5.932
Receita com juros FUNDER	-	-	261	407
Receita com aplicações financeiras	5.875	2.257	13.258	3.106
Receita com mútuos	44	608	17	17
Correção monetária	42	136	96	769
Juros diversos recebidos	6	-	74	13
Outros	-	-	1.322	17
Total	<u>5.967</u>	<u>3.001</u>	<u>20.263</u>	<u>10.261</u>

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Despesas financeiras:				
Despesa de juros com empréstimos	(5.864)	(5.947)	(14.748)	(10.816)
Despesa de juros com tributos	(3)	(42)	(2.692)	(4.047)
Descontos financeiros concedidos a alunos	-	-	(1.093)	(1.931)
IOF	(1.015)	(81)	(1.905)	(984)
Juros de Financiamento Pravaler	-	-	(1.419)	(349)
Despesa Bancária	(60)	-	(1.177)	(699)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(3.447)	48	(4.579)	(2.271)
Outros	(7)	(105)	(633)	(646)
Total	<u>(10.396)</u>	<u>(6.127)</u>	<u>(28.246)</u>	<u>(21.743)</u>
Resultado financeiro	<u>(4.429)</u>	<u>(3.126)</u>	<u>(7.983)</u>	<u>(11.482)</u>

32. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Remuneração variável - O programa Compostella, criado em 2008, com objetivo de oferecer a oportunidade de participação em um processo de remuneração variável, abrange a liderança da Sociedade e de suas controladas MGE, IMEC e Unimonte. O Compostella consiste no pagamento de até um salário adicional, semestralmente, desde que a instituição realize suas metas globais e cada gestor realize sua meta individual. O valor pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$2.478 (R\$465 em 31 de dezembro de 2012).

Benefício alimentação - A Sociedade e suas controladas oferecem duas opções a seus colaboradores: cartão refeição ou cartão alimentação, à exceção da Unimonte, que oferece apenas a opção de alimentação aos colaboradores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram gastos com esse benefício R\$4.107 (R\$2.633 em 31 de dezembro de 2012).

Plano de saúde e odontológico - A Sociedade e suas controladas MGE, IMEC e Unimonte oferecem plano de saúde e odontológico aos colaboradores, conforme critérios definidos em sua política. O plano adotado, oferecido por empresa especializada contratada, possui o regime de coparticipação, onde o colaborador contribui com uma parcela fixa para a utilização dos procedimentos médicos cobertos pelo contrato. A responsabilidade da Sociedade e suas controladas se limitam ao pagamento das obrigações mensais de acordo com o contrato de prestação de serviço com a operadora de saúde que no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$2.667 (R\$1.679 em 31 de dezembro de 2012).

Bolsa de estudo - A Sociedade e suas controladas oferecem a todos os colaboradores bolsas que variam de 70% a 90% de acordo com a faixa salarial, em todos os cursos de graduação tecnológica e bacharelados da MGE, IMEC ou Unimonte. Essas bolsas podem chegar a 100% dependendo do rendimento escolar e podem ser endossadas para um dependente legal. Os cônjuges e filhos podem usufruir de uma bolsa de 50% e a Comunidade Ânima (demais familiares dos colaboradores), tem bolsa de 30%. Os colaboradores graduados também recebem bolsa de 50% nos cursos de pós-graduação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram disponibilizados R\$7.375 referente à bolsa de estudo aos colaboradores e seus dependentes (R\$6.418 em 31 de dezembro de 2012).

33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações foram contraídos entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundos de operações de compra de serviços e operações de contratos de mútuo. As condições comerciais e financeiras são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, a controlada indireta UNA efetuou cisão parcial de seus ativos e passivos através da Constituição de uma nova sociedade empresária, sob a denominação de Santa Antonieta Gestão Patrimonial Ltda. (“Santa Antonieta”). Os imóveis vertidos para esta nova empresa continuarão a ser utilizados pela controlada MGE, e o valor acordado pelo pagamento do aluguel nas mesmas condições pactuadas com a UNA continuará a ser de R\$204 mensais.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Sociedade apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

	Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2013					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	Clientes	Mútuos	Mútuos	Receitas	Outras despesas operacionais	Receitas financeiras
MGE	1.971	-	-	1.679	-	-
IMEC	1.430	-	-	-	-	-
Unimonte	475	-	-	581	-	-
Virtual Case	36	-	-	-	-	-
BR Educação (a)	-	14	-	-	-	-
HSM Brasil (b)	154	5.131	-	153	-	44
HSM Educação (c)	24	200	-	24	-	-
Outros	32	-	-	-	-	-
Total	4.122	5.345	-	2.437	-	44

	Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2012					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	Clientes	Mútuos	Mútuos	Receitas	Outras despesas operacionais	Receitas financeiras
MGE	922	-	-	11.920	-	574
IMEC (d)	-	-	44.768	-	6.991	-
Unimonte	333	-	-	4.123	-	13
RNE	-	-	-	8	-	4
VC Network	-	-	-	8	-	-
Virtual Case	36	78	-	13	-	-
UNA Gestão Patrimonial	32	-	-	13	-	-
Sócios e diretores	80	-	-	-	-	17
Outros	2	55	-	-	-	-
Total	1.405	133	44.768	16.085	6.991	608

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2013		
	Ativo	Passivo	Resultado
	Mútuos	Mútuos	Receitas financeiras
RBS Participações		1.587	-
RBS Mídias		200	-
Outros		-	-
BR Educação	2	-	-
Total	2	1.787	-

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012		
	Ativo	Passivo	Resultado
	Mútuos	Mútuos	Receitas financeiras
Virtual Case	78	-	-
Sócios e diretores (e)	-	2.794	17
Outros	55	-	-
Total	133	2.794	17

Os saldos de mútuos decorrem dos repasses de recursos entre empresas do Grupo, para suprir necessidades de caixa ou pagamento de despesas, por prazo indeterminado.

- (a) Refere-se a mútuos junto à controlada BR Educação sem a incidência de juros e prazo de vencimento;
- (b) Refere-se a mútuos junto à controlada HSM Brasil com a incidência de juros legais (1% a.m), além de correção monetária pelo INPC, incidindo desde o repasse, até o efetivo pagamento do valor integral;
- (c) Refere-se a mútuos junto à controlada HSM Educação sem incidência de juros devido ao acordo entre a Sociedade e a outra acionista da controlada, arcando cada uma com 50% do valor do mútuo;
- (d) Refere-se a mútuos contraídos junto à controlada IMEC sem a incidência de juros e prazo de vencimento;
- (e) Valores a pagar a sócios e diretores, decorrentes principalmente de pagamento realizado pelos sócios de avalistas de operações da empresa RNE.

33.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e conselheiros da Sociedade e a remuneração recebida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

	Controladora (BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo	2.614	2.003
 Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo	7.604	4.451

A remuneração da Administração e dos principais executivos é estabelecida com base nas responsabilidades e atribuições do cargo de acordo com as melhores práticas de mercado adotadas por empresas do mesmo setor e aprovadas nas assembleias gerais de acionistas da Sociedade.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital - A Sociedade e suas controladas administram seu capital, para assegurar que estas empresas e ela própria possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Sociedade e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (dívida detalhada na nota explicativa nº 18, deduzidas pelo caixa e equivalentes de caixa, detalhados na nota explicativa nº 8 e pelo seu patrimônio líquido).

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Sociedade e de suas controladas. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

A Sociedade e suas controladas não estão sujeitas a nenhum requerimento externo sobre a sua dívida.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Dívida (a)	18	60.481	5.461	149.734	59.580
Caixa e equivalentes de caixa	8	(2.647)	(123)	(12.202)	(5.470)
Aplicações financeiras		(385.640)	-	(476.487)	-
Dívida líquida		<u>(327.806)</u>	<u>5.338</u>	<u>(338.955)</u>	<u>54.110</u>
Patrimônio líquido (b)	25	483.262	18.360	483.262	18.360
Índice de alavancagem financeira		<u>67,8%</u>	<u>29,1%</u>	<u>70,1%</u>	<u>294,7%</u>

- (a) A dívida é definida como empréstimos bancários circulantes e não circulantes.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Sociedade além dos lucros retidos e ganhos ou perdas reconhecidos diretamente.

34.1. Categoria de instrumentos financeiros:

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foram identificados que os empréstimos e financiamentos e títulos a pagar possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, devido a tais empréstimos e financiamentos possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos futuros dos empréstimos e financiamentos utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa nº 18), posteriormente trazemos estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações ocorridas no final de cada exercício, que estão em conformidade com as taxas utilizadas pelo mercado em cada uma das datas e modalidade de captação. A taxa de desconto utilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de 12,10% (9,74% em 31 de dezembro de 2012).

Os valores justos estimados são como seguem:

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)			
		31/12/2013		31/12/2012	
		Valor justo	Valor de registro	Valor justo	Valor de registro
<u>Passivos financeiros</u>					
Empréstimos e financiamentos	18	60.394	60.481	5.260	5.461
Títulos a pagar (i)	23	57.121	57.117	12.282	12.449
	Nota explicativa	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		31/12/2013		31/12/2012	
		Valor justo	Valor de registro	Valor justo	Valor de registro
<u>Passivos financeiros</u>					
Empréstimos e financiamentos	18	149.414	149.734	56.911	59.580
Títulos a pagar (i)	23	58.678	58.670	26.430	27.332

(i) Foram calculados sobre os saldos corrigidos pela taxa de desconto projetada de 12,10% a.a.

A Administração da Sociedade e suas controladas entendem que os demais ativos e passivos financeiros, tais como, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, créditos e débitos com partes relacionadas e fornecedores, os quais são reconhecidos nas informações contábeis intermediárias pelos valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos seus respectivos valores de mercado.

A Sociedade e suas controladas não têm a prática de operar com derivativos ou quaisquer outros ativos que apresentem características especulativas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros não contabilizados, bem como não possuíam instrumentos financeiros derivativos.

Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas

Adicionalmente, em observância às normas internacionais de relatório financeiro e práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade classifica a mensuração do valor justo dos

instrumentos financeiros em três níveis de hierarquia conforme mencionado abaixo. Esta classificação é feita para instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, bem como para aqueles cuja divulgação do respectivo valor justo é efetuada nas demonstrações financeiras:

- (a) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2: Outras informações de preços negociados em mercados ativos, exceto aquelas do Nível 1 que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (como derivados dos preços); e
- (c) Nível 3: Inserções aos ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis pelo mercado (inserções não observáveis).

Os valores justos estimados são como seguem:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2013				31/12/2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	-	-	(60.394)	(60.394)	-	-	(149.414)	(149.414)
Títulos a pagar	-	-	(57.121)	(57.121)	-	-	(58.678)	(58.678)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(117.515)</u>	<u>(117.515)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(208.092)</u>	<u>(208.092)</u>
 Controladora (BR GAAP)								
31/12/2012				31/12/2012				
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	-	-	(5.260)	(5.260)	-	-	(56.911)	(56.911)
Títulos a pagar	-	-	(12.282)	(12.282)	-	-	(26.430)	(26.430)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.542)</u>	<u>(17.542)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(83.341)</u>	<u>(83.341)</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos baseia-se nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Sociedade não possuía instrumentos financeiros classificados no nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que estão disponíveis e baseiam-se o menos possível nas estimativas específicas da Sociedade. Se todas as informações relevantes exigidas do valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento financeiro estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade adotou o nível 3 para os empréstimos e financiamentos e títulos a pagar.

Gerenciamento de riscos financeiros - No curso normal das suas operações, a Sociedade e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

(a) Risco de mercado: é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade e suas controladas estejam expostas somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações.

(i) Risco de câmbio - A Sociedade e suas controladas não possuem ativos e passivos indexados à moeda estrangeira.

(ii) Risco de juros - A Sociedade possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem mudanças nas taxas de juros.

A Sociedade não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra este tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos:		
Certificado de Depósito Bancário - CDI	149.227	58.477
Outros (i)	507	1.103
Títulos a pagar:		
Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC	-	21.955
Índice Geral de Preço Médio - IGP-M	46.197	13.000
Certificado de Depósito Bancário - CDI	10.698	-

(i) Empréstimos e financiamentos lastreados pela TJLP e SELIC.

(b) Risco de liquidez: é o risco de escassez de recursos para liquidar suas obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade e suas controladas possuam os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros nas datas de vencimento.

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os passivos financeiros não derivativos da Sociedade, que são mensurados pelo método do custo amortizado, e os prazos de amortização contratuais correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o prazo de vencimento contratual.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 18)	37.831	40.708	129.011	207.550
Fornecedores	18.731	-	-	18.731
Títulos a pagar (nota explicativa nº 23)	9.614	5.532	43.524	58.670
Em 31 de dezembro de 2012:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 18)	12.473	16.647	33.511	62.631
Fornecedores	8.596	-	-	8.596
Títulos a pagar (nota explicativa nº 23)	12.407	4.092	10.833	27.332

Os valores demonstrados acima referentes às garantias contratuais são o máximo que o Grupo pode ser obrigado a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, se o valor total garantido for cobrado pela contraparte. No final do período de relatório, o Grupo considera que é mais provável do que não que qualquer valor seja pago nos termos desse acordo. Entretanto, essa previsão está sujeita à mudança, dependendo da probabilidade de a contraparte cobrar a garantia, que decorre da probabilidade de os recebíveis financeiros detidos pela contraparte e garantidos virem a sofrer perdas de crédito.

- (c) Risco de crédito - É avaliado em bases históricas pela Administração, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. Portanto, o Grupo pautou suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Sociedade restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o rating das agências Fitch Rating, e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

Notas explicativas	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.647	123	12.202
Contas a receber	9	4.122	1.405	80.878
Adiantamentos diversos	10	211	212	9.962
Créditos com partes relacionadas	33	5.345	133	2
Total		<u>12.325</u>	<u>1.873</u>	<u>103.044</u>
				<u>59.878</u>

34.2. Qualidade do crédito dos ativos financeiros:

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito	4.122	1.405	80.878	47.776
	<u>4.122</u>	<u>1.405</u>	<u>80.878</u>	<u>47.776</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i)				
AAA	1.057	5	2.494	837
	<u>1.057</u>	<u>5</u>	<u>2.494</u>	<u>837</u>

(i) “Rating” atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings.

O saldo residual da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações financeiras (i)				
AAA	387.227	116	486.111	4.514
	<u>387.227</u>	<u>116</u>	<u>486.111</u>	<u>4.514</u>

(i) “Rating” atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings.

35. ANALISE DE SENSIBILIDADE

A Sociedade apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Sociedade adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Sociedade, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 34;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Sociedade, e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I);
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente);
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Sociedade.

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Sociedade e suas controladas, demonstradas em cenário provável (indexador utilizado: CDI - 9,77% / IGP-M - 5,51%), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Para efetuar a análise de sensibilidade, foram utilizados como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes no encerramento do período.

Controladora (BR GAAP)						
31/12/2013						
				Efeito no resultado		
	Indexador	Risco	Valor	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	387.227	37.832	47.290	56.748
Empréstimos e financiamentos	CDI	Alta do CDI	(60.447)	(5.906)	(7.382)	(8.859)
Títulos a pagar	CDI	Alta do CDI	(10.698)	(1.045)	(1.306)	(1.568)
Títulos a pagar	IGP-M/FGV	Alta do IGP-M	(44.919)	(2.475)	(3.094)	(3.713)
Exposição líquida			<u>271.163</u>	<u>28.406</u>	<u>35.508</u>	<u>42.608</u>
Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
31/12/2013						
				Efeito no resultado		
	Indexador	Risco	Valor	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	486.111	47.493	59.366	71.240
Empréstimos e financiamentos	CDI	Alta do CDI	(149.227)	(14.579)	(18.224)	(21.869)
Títulos a pagar	CDI	Alta do CDI	(10.698)	(1.045)	(1.306)	(1.568)
Títulos a pagar	IGP-M/FGV	Alta do IGP-M	(46.197)	(2.544)	(3.182)	(3.818)
Exposição líquida			<u>279.990</u>	<u>29.323</u>	<u>36.654</u>	<u>43.985</u>

A Sociedade e suas controladas adotaram como critério, para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, o efeito de juros a incorrer nos próximos 12 meses.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

As taxas utilizadas nas projeções descritas acima foram extraídas das seguintes fontes externas independentes:

CDI - Taxa DI Pré Over obtida no site www.cetip.com.br;

INPC / IGP-M - Taxas obtidas no site do Banco Central do Brasil: www.bcb.gov.br.

36. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotados, devida a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$27.843 (R\$22.165 em 31 de dezembro de 2012), em que estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

Todas as apólices de seguros foram contratadas em Sociedades de seguros do mercado brasileiro.

37. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, é necessário que sejam avaliadas algumas transações ocorridas nas contas de ativo e passivo que não afetaram caixa, as quais estão descritas abaixo:

- (a) Em 4 de fevereiro de 2013 a Sociedade firmou contrato de compra e venda com os acionistas da empresa BR Educação Executiva S.A. (BR Educação) adquirindo 62.500.000 ações, representando 100% do seu capital social, pelo valor de R\$55.379. O valor de R\$28.092 foi integralizado mediante a conferência de 36.142.457 ações ordinárias de emissão da BR Educação, e R\$10.000 serão pagos em duas parcelas anuais e sucessivas a partir de fevereiro de 2014, corrigido monetariamente pela variação do CDI até a data do efetivo pagamento.
- (b) Em fevereiro de 2013 está registrado na rubrica “Investimentos” o valor de R\$40.000 relativo a obrigação contratual e o valor de R\$6.690 referente a prêmio de opção, caso exercida pelo outro acionista, da compra dos 50% das ações remanescentes nas controladas indiretas HSM Educação S.A. e HSM do Brasil S.A..

- (c) Em fevereiro de 2013, a controlada MGE adquiriu o direito de manutenção do campus de Betim da UNIPAC - Fundação Antônio Carlos. O valor pago no trimestre findo em junho foi R\$2.000 e o restante de R\$2.000 será pago em 24 parcelas mensais a ser quitado até fevereiro de 2015 no montante de R\$1.825.
- (d) Em maio de 2013 a controlada Indireta UNA, efetuou cisão parcial de seus ativos e passivos através da constituição de uma nova sociedade empresária, sob a denominação de Santa Antonieta Gestão Patrimonial Ltda. A controlada MGE reduziu seu capital em R\$25.542, sem cancelamento de ações, quitando o valor junto a seus acionistas através da entrega de ações que compõem a Santa Antonieta, em igual valor de patrimônio líquido.
- (e) Em junho de 2013 a controlada MGE distribuiu dividendos para a Sociedade no valor de R\$15.000 com crédito de mútuo que ela tinha a receber da controlada UNIMONTE. A Sociedade utilizou este crédito para aumentar o capital social da controlada UNIMONTE.
- (f) Em junho de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária, a Sociedade deliberou por fazer permuta, sem torna, entre alguns imóveis localizados na cidade de Santos, de propriedade da controlada Unimonte, no valor de R\$5.943, com imóveis da RNE no valor de R\$8.714 sendo a diferença contabilizada em conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido no valor líquido de R\$2.771, por tratar-se de transações com acionistas. Esta operação envolveu apenas a transferência de bens entre as empresas, não resultando ganho ou perda para ambas.
- (g) Ocorreu a saída da empresa RNE do quadro societário da GAEC por meio da entrega de ações pela Sociedade no valor e de créditos que esta possuía frente à controlada MGE, após compensados adiantamentos realizados em 2012 no montante de R\$13.157 e o patrimônio líquido entregue aos acionistas foi de R\$25.542 da Santa Antonieta e R\$21.948 da RNE.
- (h) Ao final do terceiro trimestre de 2013, ocorreu despesa de natureza não recorrente no valor de R\$35.820, sendo R\$29.178 referente ao Projeto Dádiva e R\$6.642 referente à venda com deságio de ações em tesouraria.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Dia 26 de fevereiro de 2014, foi aprovado através da RCA a recompra de ações para dar cumprimento ao Plano de Incentivo disponibilizado aos colaboradores da Sociedade e suas controladas no âmbito da oferta inicial de ações. A Sociedade pretende adquirir 7.000 ações que representa 0,008% das ações em circulação no mercado, com o prazo máximo de 90 dias iniciados em 28 de fevereiro de 2014.

39. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Sociedade em 18 de março de 2014.

DIRETORIA

DANIEL FACCINI CASTANHO
Diretor Presidente

GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO
Diretor Financeiro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

MARY AFONSO MOUSINHO
Contadora
CRC/MG 088.391/O-8